

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DA  
GUARDA REALIZADA NO DIA 13  
DE ABRIL DE 2026 -----**

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, António Carlos Saraiva Fernandes, Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis, Rui Manuel da Costa Melo, João José Pina Prata, Alexandra Isabel Santos Correia Isidro e António Hermínio Carvalho Monteirinho, Vereadores. -----

**ABERTURA**

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e sete minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Vereador João José Pina Prata por não se encontrar presente na referida reunião.---

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. No período antes da ordem do dia: o projeto “Resto Zero” também já está disponível nas nossas freguesias, sendo que o município disponibiliza um compostor e cada um dos cidadãos poderá assim participar na separação dos biorresíduos, contribuindo para um ambiente mais limpo e mais saudável, mas também beneficiando de um desconto substancial na sua fatura da água. -----

Depois, parabenizar a Associação de Basquetebol da Guarda que sobe para a divisão A em Sub-14 masculino, tendo assim feito história após uma final emocionante que dignificou o nosso basquetebol. Estes bons rapazes estão de parabéns e o Basquetebol da Guarda está também de parabéns. Sem esquecer que a seleção feminina de Sub-16 ganhou o prémio Fair Play no torneio do Algarve. -----

Da mesma forma, parabenizar a atleta Lurdes Ferrão que conquistou o 1.º lugar em esqui alpino, no 17.º Troféu Internacional de Esqui, promovido pelo Special Olympics, realizado em Andorra. Esta atleta guardense esteve em representação da CERCIG e alcançou um resultado de grande mérito que prestigia o desporto adaptado e a nossa região. -----

Reunimos, na passada semana, aqui nos Paços do concelho, com o consórcio da Rede Politécnica A23 (RP A23), constituída pelos politécnicos de Castelo Branco (entidade líder), da Guarda e de Tomar. Neste encontro foram abordados diversos temas de interesse mútuo para estes territórios, considerando que este projeto visa estabelecer uma rede temática de ensino superior e de formação ao longo da vida, investigação aplicada nas áreas de proteção de pessoas e bens e das competências digitais, bem como prosseguir um caminho de crescimento e desenvolvimento sustentado a nível regional, nacional e internacional. Esta rede politécnica A23 incorpora dezenas de outras entidades parceiras, nomeadamente empresas, instituições, comunidades intermunicipais, autarquias, associações empresariais, agrupamentos de escolas, empresas e instituições públicas. -----

E, por fim, congratulamo-nos pelo facto de a Sé da Guarda ter conquistado o Prémio Cinco Estrelas Regiões, na categoria de “Monumentos” no nosso distrito. Este prémio distingue, de acordo com a opinião dos consumidores portugueses, o melhor que cada região do país tem para oferecer ao nível dos recursos naturais, da

gastronomia, da arte e da cultura, do património e outros ícones regionais de referência nacional. Na edição deste ano, o processo de avaliação contou com a participação de cerca de quinhentos mil consumidores, tendo sido evidenciadas mais de mil marcas e eleitos cem ícones regionais. E por agora é tudo. Senhor Vereador?” -----

**- António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, senhor Vice-Presidente, senhores Vereadores, senhoras e senhores Funcionários, gostaria, neste período antes da ordem de trabalhos, colocar três ou quatro questões e também salientar alguns aspetos daquilo que tem sido a gestão autárquica nestes últimos quinze dias/três semanas, nestas últimas semanas pelo menos. -----

Em primeiro lugar, o Partido Socialista associa-se a esse louvor que fez às equipas de basquetebol e também à atleta da CERCIG, que elevaram o nome da Guarda fora do território distrital. Portanto, também me associo a essa referência que o senhor Presidente acabou de fazer. -----

Depois, queria relevar (faz-me lembrar um bocadinho aquele jornalismo que diz “e agora, para finalizar o telejornal” e eu diria “e agora, para começar a reunião”) uma notícia boa e que o Partido Socialista destaca: a eleição do Presidente da Câmara da Guarda para Presidente da Associação do Parque Natural da Serra da Estrela. E por que é importante salientar isso? Primeiro, gostaria de deixar este primeiro apontamento dentro desta eleição e deste elogio: é claro que a Guarda, capital de distrito, poderia alcançar a designação ou a eleição do Presidente para outros cargos. Mas o mais importante não são os cargos que se desempenham, são os resultados que se obtêm. E, assim sendo, aquilo que é importante salientar é que, durante este período em que vai ser o Presidente desta associação relevante para a nossa área geográfica, que tem a ver com a Serra da Estrela, o Partido Socialista

estará sempre disponível para auxiliar naquilo que possa ser o bom desempenho destas funções. Sabemos que começa com algumas dificuldades, nomeadamente no que diz respeito à área financeira, uma vez que o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela não tem, atualmente, qualquer financiamento atribuído. É de salientar e relevar a intervenção dos autarcas, ou, pelo menos, do Presidente da Câmara da Guarda, na Assembleia da República, ao falar sobre este assunto. Eu acho que há aqui um caminho a trilhar e a desenvolver para que se possam alcançar resultados positivos relativamente ao Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, que foi elaborado após os incêndios de 2022, se não estou em erro. Este Plano tinha associada uma verba de 155 milhões de euros destinada a um conjunto de projetos e infraestruturas, nomeadamente nas atividades económicas importantes e relevantes para o nosso concelho, mas também para toda esta área geográfica dos municípios que estão inseridos no Parque Natural da Serra da Estrela. Assim sendo, quero deixar este apontamento: é necessário definir uma estratégia coerente, onde temos que envolver todos os atores políticos, nomeadamente aqueles que nos representam na Assembleia da República, e também exercer pressão sobre as entidades governamentais que têm a decisão quanto ao financiamento para esta associação. Pode contar sempre com o Partido Socialista para exigir ao atual Governo do Partido Social Democrata que disponibilize verba suficiente para concretizar este Plano. Portanto, contem com o Partido Socialista para aquilo que for necessário no desenvolvimento e na aplicação prática desta associação, para a qual foi eleito Presidente. Ponto número um. -----

Depois, gostaria de colocar aqui duas ou três questões que me têm sido colocadas, nomeadamente pelas juntas de freguesia, mas também pela população em geral,

sobre três aspetos que considero pertinentes colocar neste momento e neste período antes da ordem do dia. O primeiro tem a ver com a questão do carnaval. Não sei se já foram pagas todas as verbas que estavam destinadas às juntas de freguesia, parece-me que não. Urge regularizar esta situação, penso eu, uma vez que as juntas que aderiram a esta iniciativa tiveram que adiantar o dinheiro e possivelmente enfrentam algumas dificuldades financeiras para dar continuidade ao seu trabalho normal.-----

Depois, gostaria de falar um bocadinho sobre a iluminação do chafariz da Alameda. Parece-me que não existe iluminação. É um local escuro por natureza e penso que, sendo aquele um monumento icónico da nossa cidade, deveria ter uma atenção especial ao nível da iluminação. E agora, aproximando-se o verão, sabe-se que existe um conjunto de população, nomeadamente jovem, que costuma estar naquela área e a iluminação seria fundamental para garantir mais segurança nesse espaço. -----

Depois, gostaria de colocar aqui uma pergunta mais concreta: se existe algum plano para fazer um parque infantil no Torrão e se me pode adiantar onde será esse parque infantil. Foi-me colocada esta questão recentemente e, portanto, também gostaria de obter uma resposta em relação a isto. De momento, seria isto que eu teria para dizer no período antes da ordem do dia. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Senhores Vereadores?” -----

- **João Prata, Vereador:** “Muito boa tarde a todos. Queria também associar-me aos anúncios e aos resultados que aqui foram avançados pelo Presidente da Câmara em relação ao basquetebol e ao desporto adaptado e relevar a reunião que houve aqui na Câmara, pelos vistos, da Rede Politécnica A23. É muito importante que este projeto tenha sequência e continuidade, porque valoriza os intercâmbios

internacionais e valoriza um dos principais pilares de desenvolvimento da nossa região, que é precisamente o ensino superior politécnico estar sediado aqui na Guarda e em Seia. Oxalá que nós, Câmara Municipal e outras organizações da cidade, consigamos, com o Politécnico, aprofundar mais este trabalho no âmbito da rede politécnica. -----

Depois, também queria deixar aqui uma saudação aos autarcas envolvidos na associação para a promoção do Parque Natural da Serra da Estrela. Tiveram uma boa iniciativa. Tarde ou cedo, não é isso que está aqui em causa; o que importa é que tiveram uma boa iniciativa ao deslocar-se à Assembleia da República, numa audição que ocorreu no dia 31. Também tive a oportunidade de a escutar e queria apenas mencionar que relevo essa iniciativa. Não vamos aqui discuti-la nem vamos aqui qualificá-la. Não nos podemos esquecer que este plano de recuperação e revitalização sucede numa altura em que um Governo já tinha sido demitido em novembro de 2023 e os incêndios foram em agosto e setembro de 2022. Em 2023 o Governo é demitido e a publicação ocorre em março, a uma semana, duas, três, no máximo, nem tanto, das eleições legislativas que deram a vitória à AD. Mas o plano foi publicado e, portanto, é uma Resolução do Conselho de Ministros. Não é nenhum Decreto-lei nem nenhuma Lei, é uma Resolução do Conselho de Ministros. De todas as formas, é um trabalho meritório. O conjunto de medidas também é positivo, seguramente; outros teriam outras opiniões, outros poderiam não ter aquela opinião, mas, de todas as formas, é positivo o que está espelhado e plasmado no plano de revitalização. A questão financeira, é óbvio que devia ter sido a primeira a ser acautelada em 2022/2023. Estamos em 2026 e sabemos que, quer no PT2030, quer no PRR, quer nas ITI que os diversos municípios fizeram no âmbito do PT2030, nada disso foi devidamente acautelado. Dizer que a culpa é

deste ou dizer que a culpa é daquele, não é isso que interessa. O que interessa relevar é que acho bem que os autarcas continuem com esta luta para conseguir o possível, de modo a que esse plano possa ter outra continuidade que não tem tido, porque, verdadeiramente, só em 2025 é que este programa teve rubrica inscrita no Orçamento do Estado.-----

Já agora, também gostaria de me associar à iniciativa em que estive o senhor Secretário de Estado do Turismo no dia 27 de março, precisamente numa sala do Hotel Turismo, do velho Hotel Turismo da Guarda. Estivemos presentes, verifiquei que os senhores Vereadores estavam presentes, bem como o senhor Vereador António Monteiro. Foi bom; o senhor Secretário de Estado devia dar a informação que veio dar, justificar-se perante aquilo que tinha sido a sua intervenção pública, oportunamente, há um ano e meio, se não erro. Ficámos a saber que este Governo vai tentar ter uma solução para o Hotel Turismo e oxalá que, daqui a quarenta dias, possamos ter uma boa resposta do mercado. Porque, se não for realmente o mercado a funcionar, como não tem funcionado, também não vale a pena. Eu estive aqui numa sala, numa grande sessão, em que todos se puseram em bicos de pés a dizer: sim senhor, que agora é que é. Mas falhou. Com isto, não é criticar nem é elogiar: não consegui dar resultado. Esperemos que desta vez possamos, durante o mês de maio (é o mês de Nossa Senhora de Fátima), ter essa boa nova de que há uma empresa, um grupo hoteleiro interessado em concorrer ao arrendamento que está preconizado na proposta que o Governo lançou e que foi veiculada na comunicação social. Portanto, também gostaria que ficasse registada em ata a nossa satisfação por mais esta tentativa, por mais esta preocupação que o Governo demonstrou. Está fechado desde 2010/2011 e todas as sucessivas tentativas não resultaram. Esperemos que desta vez haja esse resultado.

Gostaria também de questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao mercado municipal. Tenho falado com algumas pessoas que lá estão. Houve uma promessa, quase recorrente em todos os anos, na abertura da Feira Farta, o que importa é que seja concretizada, que é a utilização do piso cimeiro, digamos assim, que está no mercado municipal. Pelo que ouço dizer, continua a servir de armazém. Nada contra nem a favor. Mas, enfim, é uma mistura de produtos alimentares. Queremos saber, até para dar resposta às pessoas, primeiro: porque é que não se fazem pequenas obras naquele mercado municipal? Quase só ao nível da limpeza chegava, digamos assim. Chegava, é uma força de expressão. Em segundo lugar: como está a candidatura que a Câmara anunciou? Primeiro mostraram-nos um desenho, um projeto. Depois disseram-nos que a candidatura estava feita ou que ia ser feita. Gostaríamos de saber em que pé estão estas coisa. Mas deixo-lhe esta preocupação ao nível dos cuidados mínimos - eu considero mínimos a limpeza, o adorno, o alindamento de algumas situações. Já não falo tanto na questão da animação, mas pelo menos estas duas referências parece-me que a Câmara devia atender. É uma sugestão. Nem é crítica nem é elogio. É uma sugestão para que haja esta atenção nestas duas dimensões, saber como está a candidatura e, em concreto, o que é que ali vai ser feito. E se já tem também solução para a Feira Farta deste ano, na medida em que foi anunciado, na inauguração da edição de 2025, que era o último ano que se realizava naquela zona. Gostaríamos de saber se já têm alguma perspectiva em relação ao local ou se já está escolhido para a edição da Feira Farta de 2026. -----

Outra questão ainda: está a decorrer, e bem, a obra da estrada do Barracão até à Freguesia da Guarda, na localidade da Quintazinha do Mouratão. Esperemos que haja atenção à questão da acalmia do tráfego, precisamente nessa localidade, com a

colocação de passadeiras sobrelevadas ou outra solução que obrigue (agora é mesmo este o termo) que obrigue os automobilistas a circular com outra atenção. Mas a minha questão coloca-se da seguinte forma: esta estrada vai desembocar na localidade do Monte Barro e depois liga à Freguesia de Vila Garcia, por Carapito da Léguas. Esta estrada, a partir das Quintazinha do Mouratão, também não tem as condições devidas. Não estou a dizer que a estrada esteja totalmente danificada, não é justo dizê-lo. Mas não é menos justo dizer que muitos dos troços da estrada que estão agora a ser arranjados estão ao mesmo nível do que está, neste momento, a estrada do Monte Barro. Eu gostaria de deixar uma questão, mas também uma sugestão. Questão: a Câmara já está a elaborar o projeto para continuar esta obra? Segundo, se não estiver, deixo a sugestão para que o faça, porque acaba por ser uma zona bastante circulada. O Monte Barro tem os seus residentes, há muitas pessoas que vão por aquele lado para a Vila Garcia e tem algum tráfego. A estrada é muito estreita, a limpeza das bermas é feita muito tardiamente e a estrada tem alguns buracos e algumas depressões e sobrelevações que convinha ter atenção, porque podem provocar algum acidente. -----

Ainda dizer o seguinte: em relação à Páscoa, queria aqui valorizar todas as atividades que fizeram, quer o programa cultural, em termos de concertos, quer também as atividades levadas a cabo no âmbito da Igreja Católica. Parece-me interessante deixar aqui uma palavra de agradecimento. -----

Por último, em relação à agenda cultural deste trimestre, abril, maio e junho, para quando está previsto o lançamento da agenda? Deixo agora a palavra à minha colega Alexandra Isidro.”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, senhores Vereadores, caros Dirigentes, caros Funcionários. Deixo aqui uma nota

relativamente aos constrangimentos informáticos que ainda se fazem verificar e que estão na origem do despacho n.º 52 que nos foi dado a conhecer nos documentos enviados. Este despacho faz cessar a suspensão generalizada, aplicando-a apenas aos processos urbanísticos. Obviamente tomámos conhecimento e manifestamos a nossa concordância. Gostaríamos só de colocar uma questão: por que motivo o despacho anterior, de 4 de março, não foi divulgado da última vez? Na altura, a oposição, os dois Vereadores da coligação Guarda com Ambição e o senhor Vereador António Monteirinho, sugeriram que esse despacho fosse dado a conhecer aos munícipes, a bem da transparência. O senhor Presidente, se bem se lembra, anuiu, mas o despacho não foi publicitado nem na página do Município nem nas redes sociais. Não sei porquê. Não houve essa indicação? Houve uma falha dos serviços? Considerando agora este novo despacho n.º 52, voltamos a sugerir que seja divulgado, obviamente, aos munícipes, na página da Câmara e nas redes sociais.-----

Relativamente à página do Município, percebemos que ela ainda está a ser reposta progressivamente, uma vez que toda a informação não está disponível. Há apenas uma parte da informação acessível. Como já tínhamos sugerido numa reunião anterior, parece-nos fácil e lógico que houvesse pelo menos uma nota informativa na página de abertura, porque as pessoas vão procurar informação, vão ao mun-guarda.pt e não está lá nada. Há informação que não está acessível. Acho que não custava nada colocar ali uma nota a dizer que, devido a constrangimentos informáticos, por um lado, nem toda a informação está disponibilizada naquela página e, por outro, dar também conta da situação do despacho, de que estão suspensos os prazos relativamente aos projetos urbanísticos. É uma sugestão que

consideramos ser construtiva e que já tínhamos apresentado numa das últimas reuniões.-----

Deixo ainda outra sugestão relacionada com estes constrangimentos informáticos: a página oficial dos Passadiços do Mondego, também por causa desta situação, não está operacional e não está disponível. Começa agora uma época turística de grande afluência, como esperamos e como é habitual, e não existe qualquer alternativa de aquisição de bilhetes. Essa página tinha uma bilheteira online associada e, neste momento, os visitantes não podem usufruir desse serviço. Acho que também se poderia colocar na página da Câmara uma comunicação a dizer que a página está indisponível e deixar pelo menos o contato do Welcome Center para mais informações. Acho que era interessante, minimizavam-se os constrangimentos e informavam-se os visitantes da melhor forma possível de virem, fornecendo, obviamente, alternativas: a informação, a aquisição de bilhetes, etc. Este era um ponto que é, obviamente, uma sugestão.-----

Queríamos colocar também uma questão relativamente ao ponto de situação dos projetos com apoio PRR, embora eles também estejam na Prestação de Contas com alguma informação. Tendo em conta que o Governo submeteu à Comissão Europeia, a 31 de março, a proposta de ajustamento do PRR, solicitando uma maior flexibilidade na execução dos projetos, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde e da habitação, para que eles possam ser redimensionados, e temos essa informação geral; e tendo em conta também a informação de que, no concelho da Guarda, no total, temos apenas 29% de execução dos 107 milhões contratados, gostaríamos de perguntar ao senhor Presidente: se a Câmara tem mais alguma informação relativamente a estas diligências relativas ao PRR, nomeadamente através da CCDR ou do Ministro da Coesão Territorial? Que obras é que

eventualmente poderão estar aqui em risco, tendo em conta o prazo de agosto de 2026? Se é ou não expectável que possam ser financiadas como estava previsto ou não, e que redução de financiamento é que poderá vir a ser aplicada? Estas são as questões que gostávamos de colocar relativamente ao PRR. Muito obrigada.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Bom, sobre as questões aqui colocadas, agradecer, naturalmente, as vossas declarações sobre a Associação de Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela, que foi criada inicialmente com o intuito da execução do Plano de Revitalização, mas que se pretende que seja muito mais do que isso ao longo do tempo. É uma criança. Nasceu há pouco tempo, tem agora os seus órgãos eleitos. O Município da Guarda foi eleito como o primeiro Município a presidir ao Conselho Diretivo e, a seguir, haverá outro, certamente. O que importa é que esta associação consiga efetivamente ir ao encontro daquilo que são os seus objetivos e defender, aos vários níveis, o Parque Natural da Serra da Estrela e os seis Municípios no seu todo. Esse é o grande objetivo.

A questão do Carnaval, agradeço e peço aos serviços que verifiquem o que é que se passa sobre isso. Tal como a divisão financeira. Tal como a divisão de obras públicas, sobre a questão da iluminação do chafariz da Alameda. Ainda há pouco tempo ela tinha sido reforçada. Pode às vezes haver algum desligamento, não sei, mas obras públicas, equipamentos, infraestruturas: vejam o que é que se passa. E se tiver que haver algum reforço, nomeadamente naquela escadaria. A escadaria também precisa, não é só a frente do chafariz. A escadaria que liga ao IPDJ, à Alexandre Herculano, verificar se está tudo devidamente ligado, pelas razões que foram bem evidenciadas em termos de segurança.

O parque infantil do Torrão está incluído até num concurso que nós lançámos aqui, há pouco tempo, do Bairro do Torrão. O Município da Guarda tem um terreno no Bairro do Torrão, que foi cedido na altura do loteamento, e, portanto, é aí que vai ser o parque infantil. O concurso foi lançado, eu não posso precisar, mas creio que o concurso do Torrão ficou deserto e vai ter que ser relançado outra vez. Mas está previsto ser feito precisamente aí o parque infantil.

Depois, sobre a visita à Assembleia da República, só para clarificar aqui em termos de valores, até porque nós temos o cuidado de falar em Estado. Não falamos do Governo A nem do Governo B, no que diz respeito ao Plano de Revitalização: é o Estado e o Estado tem que ser uma entidade de bem. Não podemos andar de plano em plano e as pessoas não verem nada a ser executado. O Plano de Revitalização, muito rapidamente, só dizer o que está a ser executado em termos de valores: há cerca de 5 ou 6 milhões de euros em execução, meia dúzia de projetos que foram lançados esses avisos e foram contratualizados ainda no final de 2023 e início de 2024 e que constam precisamente do plano anual. No Orçamento de Estado de 2025 foi sinalizada uma verba de um milhão e meio de euros, mas os Municípios não viram nem um cêntimo desse montante. Dizia lá que a verba de um milhão e meio de euros era para territórios do interior. Era algo do género que dizia. O dinheiro acabou por se esfumar para outro lado qualquer e não veio para os Municípios. O que se conseguiu, no final do ano, foram candidaturas, com a tutela governamental respetiva, no montante de 6 milhões de euros, participadas em 50% para dar um pequenino impulso ao plano. Nós aguardamos, naturalmente, que, num curto espaço de tempo, possam ser dadas novas orientações sobre os avisos. Nós sinalizámos isso no novo PTRR, mas o PTRR também não sabemos se

vai ser o salvador de tudo ou não. O que queremos é que o Plano de Revitalização seja executado na sua plenitude.

Sobre a questão do Hotel Turismo aqui falada, eu tive o cuidado, desde o início do meu mandato, do mandato anterior e deste, de ser sempre muito cauteloso. Já falámos aqui sobre o Hotel Turismo e, portanto, tem havido uma lealdade extrema entre o Município da Guarda e a tutela governamental respetiva, seja com este Governo, seja com o Governo anterior, para tratar desse dossier. Porque, ao fim de quase dezasseis anos, já passaram cinco ou seis Governos, sensivelmente, ou seja, os Primeiros-Ministros, os Ministros, os Secretários de Estado, os Deputados, os Presidentes de Câmara, os Vereadores, enfim, já somos todos responsáveis por isto. Esperamos já estar a ver a luz ao fundo do túnel. Esperamos que seja desta que efetivamente o mercado possa responder a essa necessidade, não só reabilitar um edifício que é a joia da coroa, não só da Guarda ou da região, é do país, mas também devolver a atividade económica que é bem importante, seja do ponto de vista do turismo, seja do ponto de vista da restauração e do comércio que podem reavivar um pouco com a sua reabertura.

Sobre o mercado municipal, nós lançámos aqui na Câmara o concurso público para requalificar o primeiro e o segundo pisos e ali instalar uma área de acolhimento empresarial tecnológica, o Centro de Startups. O concurso decorreu. Ao que me dizem, ficou deserto e vamos ter que o relançar. Aliás, os serviços técnicos, neste momento, já devem estar a reestudar os valores. Mas isto, infelizmente, é o pão nosso de cada dia, de norte a sul do país as obras e os concursos a ficarem constantemente desertos. A candidatura está submetida. Ainda não está aprovada, mas está submetida para que seja uma realidade a requalificação daquele espaço para o fim pretendido. Sobre a Feira Farta, a seu tempo falaremos sobre isso. O

nosso compromisso foi que não se faria novamente a Feira Farta ali e, portanto, é isso que nós vamos seguir e estamos a trabalhar no tema. No que diz respeito à questão colocada de pequenas reparações ou limpeza, eu peço às divisões respetivas, seja à Divisão de Ambiente, seja à de Equipamentos e Infraestruturas, que façam o favor de verificar o que é que se passa. Pode haver ali a necessidade de reforçar alguma coisa, façam o favor de verificar essas situações.

Sobre a Estrada do Barracão, Quintazinha do Mouratão, é uma obra que vai custar, no final, cerca de 800 mil euros à Câmara da Guarda. 800 mil euros e o financiamento para a mesma foi muito reduzido, como bem sabemos. Por isso, estamos a fazer a obra, temos que pagar esta obra e depois partir para outras. Bem sabemos das necessidades. Não é desde agora, é desde há muitos anos. Aquilo não é uma estrada que liga ao Monte Barro, é um caminho rural que foi pavimentado. Nem podemos dizer que aquilo é uma estrada. E, por isso, o futuro a Deus pertence. Agora temos que concluir esta, como já concluímos outras e como estamos a concluir outras. O dinheiro não estica, como bem sabemos. Mas acompanhamos, naturalmente, a preocupação para o futuro desse caminho, dessa estrada e de outras que ainda existem no nosso concelho e que necessitam da sua reabilitação, da sua requalificação.

No que diz respeito aos constrangimentos informáticos, eu peço aos serviços que efetivamente vão fazendo essa divulgação, para o munícipe ir percebendo o que é que está a acontecer. Neste momento são apenas os prazos da gestão urbanística. Tudo o resto já está a decorrer e está a funcionar, com um ou outro constrangimento, enfim, que todos nós já bem sabemos. Aquilo que me dizem é que a página dos passadiços, eu coloquei aqui a questão, estava ativa. Não sei se era um problema informático, se era um bug qualquer, mas está ativa. A chefe de

serviço (que não está nesta reunião) acabou de me dizer que está ativa e que está a funcionar. Bom, mas há essa preocupação. Dizem-me também que, mesmo quando não esteve ativa, houve um período de tempo em que havia contato direto com os serviços do município para poderem resolver essa situação.

Sobre os projetos do PRR, pois, é a eterna questão do que vai acontecer ao PRR no país. E felizmente ou infelizmente não é só um problema da Guarda, é de norte a sul do país. Tenho contactado vários autarcas, pessoalmente, por telefone ou em reuniões, por todo o país, e estão todos com os mesmos problemas. Aliás, estão câmaras, estão outras instituições públicas dependentes do Estado central, estão instituições de ensino superior, estão IPSS, enfim, um conjunto de instituições em que o PRR está atrasado. Por exemplo, vem à reunião de câmara a adjudicação de uma obra PRR. É uma obra simples. Mas há outras em que estão a decorrer concursos que vêm aqui a adjudicar e que nós continuamos a adjudicar. O PRR, que não é só um problema da Guarda, é um problema do país... aquilo que nasce torto tarde ou nunca se endireita. Começou muito afunilado, afunilou, afunilou; depois, aos poucos, foi abrindo, mas não abriu o suficiente para permitir a sua execução a vários níveis. Isto acontece há meia dúzia de anos ou há cinco anos, enfim. Sistemáticamente foram sendo dados alertas. Olhem, o Plano de Revitalização, por exemplo, foi sugerido, há dois anos e há um ano: meus senhores, há verbas do PRR por executar, por exemplo, na área da proteção civil que estão lá previstas, então façam uma reprogramação para permitir executar o Plano de Revitalização via PRR. E, neste momento, estariam certamente mais alguns milhões executados. Não fizeram reprogramação para isso. Quem diz isso diz outras coisas mais, chegámos ao que chegámos e vamos ver. Na habitação já se fala, no caso concreto do 1º Direito, em algumas soluções, mas, preto no branco...

aliás, nós tivemos uma reunião na CIM, recentemente, há pouquíssimos meses, em que o senhor Presidente do IHRU disse que iria acontecer determinada coisa; mas, semanas depois, a tutela governamental veio dizer coisa diferente. Então, afinal em que é que ficamos? Bem percebo que é um dossier que não é fácil de gerir. Estamos a falar em muitos mil milhões de euros que pode pôr em causa o défice do país. E vai pôr em causa, certamente. Mas há que encontrar soluções, naturalmente, em articulação com todas as entidades públicas e privadas envolvidas, porque os investimentos têm de continuar a ser feitos, ainda que com outras fontes ou outras percentagens de financiamento. Devo dizer que, no caso das Lameirinhas, a percentagem de financiamento é mais reduzida, não é 100%. O mesmo acontece em relação à residência de estudantes. Portanto, vamos ver, no final, como é que isto tudo vai ficar. E se tivermos de vir aqui aprovar alguma outra forma de fazer esses pagamentos, viremos. Porque, na altura, nós bem alertámos para aquilo que não nos deixaram fazer: fazer um financiamento bancário para pagar esses montantes. Bom, como ainda é extemporâneo e ainda não sabemos qual será a solução final, vamos ver o que irá acontecer. Mas, naturalmente, não deixamos de estar todos preocupados com a situação e tentamos acelerar, tanto quanto nos é possível fazer a sua execução com os concursos desertos, sistematicamente. As empresas, é normal, com o 2020 que acabou a sua execução há um ano e meio, sensivelmente, e teve que ser muito acelerada; depois o PRR que teve que ser acelerado; o 2030 tem que ser acelerado - não há empresas suficientes para isto tudo. E depois só vão à carne. O que é carne, vamos lá; o que são ossos, ficamos nós com eles. E por isso é que há concursos sistematicamente a ficar desertos. Portanto, esperemos que haja boas decisões no curto e médio prazo.”-----

## **DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO**

- Despacho n.º 52/PCM/2026. -----

### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1 – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º E 3º GRAU – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 69/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

A Assembleia Municipal da Guarda, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2026, deliberou, em sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2026, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Guarda, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 47, de 9 de março de 2026, através do Aviso n.º 5084/2026/2, definindo a estrutura orgânica dos serviços municipais, as unidades orgânicas e os respetivos níveis de direção;---

Nos termos do referido Regulamento, a estrutura orgânica integra unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 2.º grau, bem como unidades orgânicas de direção intermédia de 3.º grau, designadamente gabinetes e secções, cuja concretização e provimento dependem de decisão municipal, em função das necessidades de serviço, da estrutura orgânica aprovada e do mapa de pessoal em vigor;-----

Sem prejuízo da existência de outras unidades orgânicas previstas na estrutura orgânica aprovada, cuja concretização e eventual provimento dependerão de decisão futura, em função da evolução das necessidades de serviço;-----

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, adapta à administração local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente;

Nos termos do artigo 20.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados mediante procedimento concursal; -----

Nos termos do artigo 21.º do referido Estatuto, os procedimentos concursais são publicitados na Bolsa de Emprego Público, precedidos de aviso publicado na 2.ª série do Diário da República e em órgão de imprensa de expansão nacional, incluindo obrigatoriamente uma fase final de entrevistas públicas; -----

Nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal;-----

Importa assegurar a direção, coordenação e controlo das unidades orgânicas a prover, garantindo a prossecução das atribuições municipais, a continuidade do serviço público e o regular funcionamento dos serviços;-----

Revela-se igualmente necessário proceder à designação de júris de recrutamento com adequada qualificação e experiência, assegurando a regularidade e a imparcialidade dos procedimentos concursais.-----

***Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----***

***1. Proceder à abertura dos procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia de 2.º grau, previstos na estrutura orgânica e no mapa de pessoal em vigor, correspondentes às seguintes unidades orgânicas:-----***

***- Divisão Administrativa -----***

- *Divisão de Recursos Humanos* -----
- *Divisão de Educação e Juventude* -----
- *Divisão de Ação Social* -----
- *Divisão de Cultura e Turismo* -----
- *Divisão de Cadastro e Património* -----
- *Divisão de Equipamentos e Infraestruturas*-----
- *Divisão de Planeamento e Urbanismo* -----
- *Divisão de Fiscalização Municipal* -----
- *Divisão de Mobilidade* -----

2. *Proceder à abertura dos procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, previstos na estrutura orgânica e no mapa de pessoal em vigor, para direção das seguintes unidades orgânicas:-----*

- *Gabinete de Informática e Modernização Administrativa* -----
- *Gabinete de Fundos Comunitários e Empreendedorismo*-----
- *Gabinete de Participações Sociais* -----
- *Secção de Atendimento*-----
- *Secção de Contratação* -----

3. *Determinar que:-----*

a) *Os requisitos de admissão, a área de recrutamento, o perfil exigido, o conteúdo funcional, as competências, as habilitações académicas e a experiência profissional sejam definidos em conformidade com a legislação aplicável, o mapa de pessoal e o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Guarda, podendo ser densificados nos respetivos avisos de abertura em função da especificidade dos cargos a prover;-----*

- b) Os métodos de seleção e os critérios de apreciação sejam fixados nos respetivos avisos de abertura, nos termos legais aplicáveis, incluindo obrigatoriamente uma fase final de entrevistas públicas;-----*
- c) Os procedimentos concursais sejam instruídos pelos serviços municipais competentes, podendo ser utilizados, com as devidas adaptações, instrumentos e modelos administrativos já existentes;-----*
- d) O provimento dos cargos seja efetuado em regime de comissão de serviço, pelo período legalmente previsto e nos demais termos da legislação aplicável; -----*
- 4. Submeter à Assembleia Municipal a proposta de designação dos júris de recrutamento constantes do Anexo I;-----*
- 5. Determinar que a tramitação dos procedimentos concursais possa ser realizada de forma faseada, em função das necessidades de serviço e da capacidade de resposta dos serviços;-----*
- 6. Determinar que a composição dos júris de recrutamento consta do Anexo I à presente proposta.”-----*

#### ANEXO I

##### **Júris de recrutamento dos procedimentos concursais para cargos de direção intermédia**

Nota prévia:-----

A composição de cada júri integra um presidente e dois vogais efetivos, sendo ainda designados dois vogais suplentes, para efeitos de substituição em caso de falta ou impedimento, assegurando-se, em cada caso, a adequada diversidade de perfis técnicos e experiência profissional relevante nas áreas em causa, bem como a necessária adequação entre a qualificação dos membros do júri e o conteúdo funcional dos cargos a prover. -----

**1. Cargos de direção intermédia de 2.º grau -----**

**Divisão Administrativa -----**

Presidente: Maria Fernanda Geraldês Antunes-----

1.º Vogal Efetivo: Paula Sextina Martins de Matos -----

2.º Vogal Efetivo: Maria Fátima Santos David -----

1.º Vogal Suplente: Patrícia Isabel de Matos Pinto-----

2.º Vogal Suplente: Vítor Manuel Gomes Roque-----

**Divisão de Recursos Humanos-----**

Presidente: Paula Sextina Martins de Matos-----

1.º Vogal Efetivo: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

2.º Vogal Efetivo: José Manuel Teixeira Tavares -----

1.º Vogal Suplente: Patrícia Isabel de Matos Pinto-----

2.º Vogal Suplente: Vítor Manuel Gomes Roque-----

**Divisão de Educação e Juventude -----**

Presidente: Maria Fátima Santos David -----

1.º Vogal Efetivo: Patrícia Isabel de Matos Pinto-----

2.º Vogal Efetivo: Paula Sextina Martins de Matos -----

1.º Vogal Suplente: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

2.º Vogal Suplente: José Manuel Teixeira Tavares-----

**Divisão de Ação Social-----**

Presidente: Maria Fátima Santos David -----

1.º Vogal Efetivo: Paula Sextina Martins de Matos -----

2.º Vogal Efetivo: Patrícia Isabel de Matos Pinto-----

1.º Vogal Suplente: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

2.º Vogal Suplente: José Manuel Teixeira Tavares-----

**Divisão de Cultura e Turismo-----**

Presidente: Patrícia Isabel de Matos Pinto -----

1.º Vogal Efetivo: Paula Sextina Martins de Matos -----

2.º Vogal Efetivo: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

1.º Vogal Suplente: Maria Fátima Santos David-----

2.º Vogal Suplente: José Manuel Teixeira Tavares-----

**Divisão de Cadastro e Património -----**

Presidente: João de Jesus Martins Marujo -----

1.º Vogal Efetivo: Paulo Alexandre Saúde Mendonça-----

2.º Vogal Efetivo: Afonso Pina Tavares-----

1.º Vogal Suplente: Pedro Dinis Nunes Almeida -----

2.º Vogal Suplente: Maria Fátima Santos David-----

**Divisão de Equipamentos e Infraestruturas-----**

Presidente: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

1.º Vogal Efetivo: Afonso Pina Tavares-----

2.º Vogal Efetivo: Pedro Dinis Nunes Almeida-----

1.º Vogal Suplente: João de Jesus Martins Marujo-----

2.º Vogal Suplente: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

**Divisão de Planeamento e Urbanismo -----**

Presidente: João de Jesus Martins Marujo -----

1.º Vogal Efetivo: Pedro Dinis Nunes Almeida-----

2.º Vogal Efetivo: Afonso Pina Tavares-----

1.º Vogal Suplente: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

2.º Vogal Suplente: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

**Divisão de Fiscalização Municipal -----**

Presidente: Paula Sextina Martins de Matos-----

1.º Vogal Efetivo: João de Jesus Martins Marujo-----

2.º Vogal Efetivo: Afonso Pina Tavares-----

1.º Vogal Suplente: Pedro Dinis Nunes Almeida -----

2.º Vogal Suplente: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

**Divisão de Mobilidade-----**

Presidente: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

1.º Vogal Efetivo: Afonso Pina Tavares-----

2.º Vogal Efetivo: João de Jesus Martins Marujo-----

1.º Vogal Suplente: Paula Sextina Martins de Matos -----

2.º Vogal Suplente: Pedro Dinis Nunes Almeida -----

**2. Cargos de direção intermédia de 3.º grau -----**

**Gabinete de Informática e Modernização Administrativa -----**

Presidente: Paula Sextina Martins de Matos-----

1.º Vogal Efetivo: Vítor Manuel Gomes Roque -----

2.º Vogal Efetivo: Paulo Alexandre Saúde Mendonça-----

1.º Vogal Suplente: Maria Fátima Santos David-----

2.º Vogal Suplente: Afonso Pina Tavares-----

**Gabinete de Fundos Comunitários e Empreendedorismo -----**

Presidente: José Manuel Teixeira Tavares -----

1.º Vogal Efetivo: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

2.º Vogal Efetivo: Patrícia Isabel de Matos Pinto-----

1.º Vogal Suplente: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

2.º Vogal Suplente: Maria Fátima Santos David-----

**Gabinete de Participações Sociais-----**

Presidente: José Manuel Teixeira Tavares -----

1.º Vogal Efetivo: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

2.º Vogal Efetivo: Paula Sextina Martins de Matos -----

1.º Vogal Suplente: Patrícia Isabel de Matos Pinto -----

2.º Vogal Suplente: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

**Secção de Atendimento**-----

Presidente: Patrícia Isabel de Matos Pinto -----

1.º Vogal Efetivo: Paula Sextina Martins de Matos -----

2.º Vogal Efetivo: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

1.º Vogal Suplente: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

2.º Vogal Suplente: Vítor Manuel Gomes Roque -----

**Secção de Contratação** -----

Presidente: Maria Fernanda Geraldês Antunes -----

1.º Vogal Efetivo: José Manuel Teixeira Tavares -----

2.º Vogal Efetivo: Paulo Alexandre Saúde Mendonça -----

1.º Vogal Suplente: Paula Sextina Martins de Matos -----

2.º Vogal Suplente: Patrícia Isabel de Matos Pinto -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Alguma questão, senhores Vereadores?”

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, só questionar, uma vez que não conheço os funcionários, são todos externos à Câmara?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim. Se não me falha a memória, são todos ou praticamente todos do exterior, sim; de municípios e de outros serviços do Estado.”

- **António Monteiro, Vereador:** “Não foram abertos os cargos para os departamentos?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, agora não. Presumo que podemos aprovar.” ----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos a favor. -----*

*A Senhora Vereadora Alexandra Isidro ausentou-se durante a discussão e votação. -----*

**PONTO 2 – APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2025 DO MUNICÍPIO DA GUARDA – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 68/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- A Prestação de Contas do ano de 2025 foi elaborada em cumprimento dos princípios contabilísticos determinados pelo novo normativo contabilístico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na sua redação atual e pela Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual. Teve ainda em consideração a instrução n.º 1/2019 de 6 de março - “Prestação de Contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas” e a Resolução n.º 6/2025, de 13 de fevereiro de 2026 – “Prestação de Contas relativas ao ano de 2025 e gerências partidas de 2026”, emanadas pelo Tribunal de Contas. -----

- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os documentos da prestação de contas individuais das autarquias locais são apreciados pelos órgãos deliberativos durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam. -----

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo n.º 35.º, da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal delibere: -----*

*1. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as devidas alterações, a Prestação de Contas de 2025; -----*

*2. Nos termos conjugados da alínea l) do n.º 2 do artigo n.º 25.º da referida Lei n.º 75/2013 e do artigo n.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambas na sua redação atual, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a Prestação de Contas 2025.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhoras e senhores Funcionários. Há aqui duas dimensões pelas quais nós devemos fazer a análise deste documento: a dimensão técnica e a dimensão política. Evidentemente que, em relação à dimensão técnica, pouco ou nada podemos acrescentar. Também não temos capacidade para fiscalizar, mas partimos do pressuposto que os documentos que existem na autarquia serviram de base para a construção deste documento e outra coisa não seria de esperar. Portanto, sobre a dimensão técnica estamos conversados. Parece-me que está tudo correto dentro daquilo que é observado, nada a salientar em relação a isso. Depois, temos a dimensão política e eu caracterizaria este orçamento entre a gestão possível e a opção pelo mais fácil. E o que é que isto significa? Se nós analisarmos aquilo que é a opção gestionária da autarquia, nós podemos ver isto do ponto de vista dos

números. Do ponto de vista crítico, evidentemente que a oposição teria outras opções e os gastos, as despesas e as receitas refletir-se-iam de uma maneira diferente. No entanto, consideramos que são opções políticas e, como tal, eu evidenciaria cinco pontos que me parecem críticos, sob o ponto de vista da opção política, e que chamaria à atenção para eles, para que, dentro do possível, se possa, numa próxima Prestação de Contas, alterar estes números. Evidentemente que a oposição faz a sua análise sob o ponto de vista crítico, haverá também coisas positivas que, no final, também penso que o senhor Presidente irá evidenciar. Mas o que compete à oposição é dizer quais são as opções que, no entender da oposição, seriam feitas de maneira diferente e com as quais nós não concordamos na sua totalidade. Vamos a esses pontos. Ponto número um: sobre o resultado líquido do exercício 2025, nós sabemos que é um resultado negativo na ordem dos 300 mil euros, mas diria que, mediante os números que são apresentados e o volume financeiro que é envolvido, é um número reduzido. Se compararmos com aquilo que foi a gestão de 2024, estamos a falar em cerca de meio milhão de euros de diferença entre os resultados operacionais de 2024 e 2025. Portanto, neste primeiro número, diria que são as opções que, no final, resultaram neste resultado líquido negativo. Depois, segundo ponto que me parece crítico e que devemos salientar: tem a ver com as provisões e o contencioso. Como nós sabemos, e se olharmos para os valores, estamos a falar em 33,6 milhões de euros de provisões e contencioso e, se nós compararmos com o ano 2024, aumentou mais um milhão e meio. Sendo certo que este valor corresponde, quase na sua totalidade, pelo menos acima dos 90%, às Águas do Vale do Tejo. Mas, dentro disto, olhamos também para o passivo, mais concretamente. E, em relação ao passivo, também vemos aqui dois aumentos significativos que convém realçar. O passivo não corrente aumentou

3 milhões de euros e o passivo corrente aumentou (eu, quando falo nisto, estou sempre na aproximação de valores, arredondando os valores) cerca de 4 milhões de euros. E, nestes dois passivos, há que destacar a dívida a fornecedores que aumentou cerca de 700 mil euros, em relação a 2024, e a dívida a fornecedores de investimento que aumentou 1,7 milhões de euros. Portanto, somando este passivo, estamos a falar em qualquer coisa como superior a 7 milhões de euros. Portanto, primeiro, o resultado líquido do exercício; depois, as provisões e o contencioso, os pontos críticos desta gestão de contas. Depois, algo que já é do conhecimento de todos e que se tem vindo a refletir e que tem dado uma indicação, diria, errada daquilo que seria uma boa gestão e que tem a ver com os gastos do pessoal. Como nós já tínhamos previsto, aquilo que era a posição do Partido Socialista, os documentos previsionais, a meio do ano, já davam uma indicação clara daquilo que seria, no final do ano, o exercício económico de 2025. Nós estamos a falar, em qualquer coisa, como um aumento de 2,2 milhões de euros. Se nós compararmos com o ano de 2024, estamos a falar num aumento de 4 milhões de euros. Em relação ao ano de 2023, estamos a falar, nos últimos dois anos, de um aumento de 4 milhões de euros. Se nós olharmos para o exercício e a comparação entre 2024 e 2025, estamos a falar num aumento de 12,5 milhões de euros. Claro que o senhor Presidente justifica aquilo que tem para justificar e acrescenta, por palavras, essa justificação, em relação aos valores desta Prestação de Contas. No entanto, este indicador dá-nos mais um reflexo daquilo que é gestão opcional ou gestionária do Executivo: as despesas com o pessoal representam já 34,5% da despesa paga. Ou seja, temos comprometido, à partida, tudo aquilo que é receita para o ano de 2025, temos, à partida, comprometido mais de um terço do orçamento da Câmara. São opções que se fazem e terão as suas justificações, evidentemente. No entanto,

deixamos este indicador como um indicador crítico daquilo que é a gestão do atual Executivo. Ponto número quatro: a dívida total do Município da Guarda também aumentou, apesar, e aqui há que relevar, de não ser, atualmente, muito preocupante. No entanto, saliento aquilo que possa vir a ser aquele empréstimo que ainda não está aqui refletido, mas que verá na próxima Prestação de Contas para o ano de 2026, dos 12 milhões de euros que foram concedidos como empréstimo, que não está refletido, mas esta dívida total do Município aumentou, do ano 2024 para 2025, 1,5 milhões de euros, mais ou menos. E estamos a falar num aumento de 13%. São empréstimos que foram concedidos e outros terão relacionados com dívidas em atraso em relação a fornecedores. Depois, e aqui o quinto ponto crítico, no nosso entender, da Prestação de Contas, tem a ver com o tipo de procedimentos adotados em termos de contratação pública, que foram executados do ano de 2025. E aqui salientava que só se concretizaram sessenta e nove concursos públicos, dois acordos-quadro, noventa consultas prévias, cento e catorze ajustes diretos e, ajustes diretos simplificados, cerca de três mil. E porque é importante salientar este ponto na Prestação de Contas? Claro que todos os mecanismos são legais e necessários, há imponderáveis que acontecem a qualquer momento e que só se podem resolver com ajustes diretos simplificados, isso compreendemos perfeitamente. No entanto, eles podem prejudicar a transparência e a igualdade entre os fornecedores. Os concursos públicos são menos frequentes, o que levanta uma preocupação sobre a eficácia da fiscalização e a obtenção das melhores propostas. Evidentemente, quando se trata de um concurso público, haverá mais empresas a concorrer e os resultados podem ser mais benéficos para o erário público do que propriamente quando se recorre a ajustes diretos, a consultas prévias e a ajustes diretos simplificados. Em suma, os documentos apresentados significam menor

concorrência, o que pode comprometer o princípio fundamental da contratação pública, nomeadamente a transparência da concorrência e a boa gestão dos recursos públicos. Um maior equilíbrio entre a eficácia e o rigor concorrencial seria desejável para reforçar a confiança no processo e garantir os melhores resultados para o interesse público. Assim sendo, esta é a análise que o Partido Socialista faz em relação à Prestação de Contas da autarquia e mantemos aquilo que dissemos inicialmente: a análise política, as opções políticas seriam diferentes e diria que este documento se situa entre a gestão possível e a opção pelo mais fácil, em conclusão. Termino dizendo que, como disse também já durante esta intervenção, estes são os pontos críticos que o Partido Socialista gostaria de salientar e sobre os quais gostaria de obter algum comentário. E, se possível, evidentemente, que as opções, depois destes alertas, se invertessem e viessem, no final, nos próximos anos de Prestação de Contas, que estes indicadores pudessem ser alterados. Termino dizendo que, no seu computo geral, esta é a análise política e as opções que o Partido Socialista entende como sendo pontos críticos, salientando que, sob o ponto de vista técnico, não temos nada a salientar e, sob o ponto de vista político, é isto. Muito obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Este é um momento importante. Se juntarmos este momento à altura em que se discute o Orçamento, o Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano, temos os dois momentos fulcrais num ato de governação de qualquer autarquia local, seja freguesia, seja município. A Prestação de Contas é, por maioria de razão, o resultado do esforço que foi desenvolvido precisamente no ano anterior e, sobre essa matéria, queremos dizer o seguinte: Primeiro, já o disse da outra vez e, se calhar, di-lo-ei durante os

quatro anos, um documento desta natureza, juntamente com o documento da APAL, cerca de quinhentas páginas, ser distribuído na quinta-feira para nós estarmos aqui na segunda-feira, continuo a achar que, nestes dois momentos, a Câmara Municipal devia fazer um esforço para nos fazer chegar os documentos mais antecipadamente do que os dois dias. Já o disse da outra vez e di-lo-ei, se for preciso, durante os quatro anos, mas parece-me que era uma questão que fazia sentido ser equacionada. Aliás, a título de exemplo, desculpe a presunção, nunca deixámos de enviar, desde que fui Presidente de Junta, desde 2001 até 2025, nunca deixámos de enviar os documentos com mais de oito dias de antecedência. Sempre para cima de oito dias, nunca abaixo desse prazo. Os documentos, não só a convocatória, mas os próprios documentos. Cada um segue aquilo que entende ser melhor e, cumprindo a lei, também está bem, não podemos criticar. Mas, de todas as formas, seiscentas páginas de quinta até segunda-feira, enfim, parece-me pouco. Pelo menos, nestes dois momentos, deveria haver essa preocupação da Câmara de fazer chegar os documentos mais cedo. Em relação à qualidade da informação, é a primeira vez que estou a analisar este documento da Câmara na qualidade de Vereador, mas pareceu-me bom, pareceu-me muito aceitável; bom mesmo, para nós podermos inferir dali as leituras que são necessárias fazer. Aliás, decorre da obrigação legal inscrita no SNC-AP e em algumas normas do POCAL. De todas as formas, ficamos agradados com o conjunto de informação. Ainda antes de entrar no documento, quero dizer que apreciei a capa do documento (pode-se dizer que isso é feito com recurso à inteligência artificial, ou da internet ou seja lá o que for) da residência de estudantes. As obras estarão para começar, pelo menos já está feito o levantamento da grua e a vedação da área do terreno. Seguramente que o Presidente nos poderá informar qual é a perspectiva de saída da ANPC para as novas

instalações. É uma questão que deixo: quando é que está prevista a saída, para que depois a obra possa começar em pleno, para ser cumprida ou, pelo menos, para podermos avançar na obra e não haver problemas em relação aos fundos do PRR. Se bem que, por aquilo que foi afirmado pelo senhor Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. Luís Montenegro, talvez tenhamos conseguido, junto da União Europeia, fazer singrar o ponto de vista de que a corrente de tempestades prejudicou bastante todo este trabalho. De todas as formas, gostei da imagem da capa, mas gostaria que nos tivesse apresentado uma obra efetivamente concretizada durante o ano anterior, uma obra efetivamente materializada. Mas, enfim, como esta imagem já foi utilizada noutros momentos, também não fica mal. Depois, dizer o seguinte: uma Prestação de Contas significa, como já foi há pouco dito e é correto, uma avaliação entre aquilo que se propôs fazer em dezembro de 2024 e aquilo que foi possível concretizar durante o ano de 2025, sabendo de antemão que nem tudo é fácil de concretizar. Muitas coisas poderão ter ficado para trás, por múltiplas razões. Mas, de todas as formas, dificilmente eu consigo perceber, numa Câmara Municipal, que uma taxa de execução... ou seja, da pouca vivência que tenho da Junta de Freguesia e daquilo que fui falando e ouvindo, era difícil nós conseguirmos taxas de execução na receita, na despesa, quer de capital, quer corrente, abaixo dos 90%. É tudo para cima. Aqui contentam-se... aqui parece-me que pouco mais de 50% nas despesas de investimento, ou seja, naquilo que é de capital, parece-me deficitária. E não vale o argumento de que a oposição reprovou o empréstimo. Não vale mesmo esse argumento. Bem pelo contrário, joga até contra. Mas, em rigor, 56% de execução, se não estou em erro, parece-me muito fraco. Sinceramente, muito fraco. Admito que haja todas as razões e mais alguma, mas julgo que, às vezes, é melhor planear e programar com tempo e antecedência e

ser mais autêntico naquilo que se sabe que se vai conseguir fazer do que estarmos a anunciar este e aquele projeto e depois termos uma taxa de execução pouco acima de 50%. Sendo que na despesa corrente, despesa e receita, conseguiram o tal rácio, finalmente (e bem, há que saudar), de ser positivo, o que não acontecia, e ainda conseguiram desviar 1 milhão e meio para despesas de capital ou de investimento. Mas, senhor Presidente, permita-me que lhe diga que, na nossa opinião, em relação a este trabalho que tem a ver com os investimentos estruturais e infraestruturais, há aqui um trabalho que deve ser acautelado no futuro, porque ele não nos parece que seja positivo. Depois, dizer ainda que, desde 2022/2023, na nossa modesta opinião, há um degradar das contas da Câmara Municipal. Ou seja, parece-nos que está a ir por água abaixo, permita-me esta expressão, o esforço que foi desenvolvido no mandato de 2013/2017, que não foi acautelado no anterior mandato 2021/2025 e veremos agora o andamento deste mandato. O senhor Presidente mencionou, quando foram apresentadas, em junho, as contas referentes ao primeiro semestre, que haveria um défice de cerca de 600 mil euros; resultou em 300 mil euros no final do ano. Em tese, diria que houve um esforço e conseguiu não gastar ou conseguiu-se recuperar os 300 mil euros. Mas, em rigor, também não é verdade, porque tinha um saldo positivo de 2023 para 2024, de 200 e poucos mil euros. Ou seja, senhor Presidente, entre os 200 mil positivos e os 600 mil negativos em junho, significa que a Câmara consumiu os 200 mil. Conseguiu fazer um prejuízo de 600 mil e apresentar agora um passivo de 300 mil. Significa que apenas conseguiu uma poupança de 100 mil euros. Tudo o resto foi gasto, seja o saldo positivo, seja o acentuar do passivo. É algo que nos preocupa e significa alguma degradação. Grande, não diria. Não seríamos corretos. Mas há aqui pouco cuidado. Não sei se tem a ver com o ato eleitoral de 2025, não sei se tem a ver com a dificuldade de

angariar outras receitas, mas, em rigor, não nos parece positivo. Depois, já aqui foi mencionado pelo Vereador António Monteiro, o agravamento do passivo, no total, de cerca de 7 milhões de euros. Se fosse apenas deste ano de 2025, enfim... Mas o problema é que releva já também dos anos anteriores; ou seja, de 2022 para 2023 teve um saldo negativo ou um passivo negativo e também voltou a ter agora. Enfim, está justificado, e aqui a qualidade da informação é útil. Metade deste valor será proveniente de fundos comunitários que não foi possível arrecadar. Não sei se é das entidades que gerem os programas, não sei se é da taxa de execução das obras, mas gostaríamos de saber um pouco sobre isto. Em relação aos funcionários, já aqui foi mencionado, mas temos aqui algumas perguntas concretas que têm a ver com o seguinte: há uma redução, pelo que se diz no documento, de cerca de vinte e quatro funcionários. Em tese, significa que eles se aposentaram, deixaram de onerar o orçamento municipal. Deixando de onerar o orçamento municipal, mesmo justificando, e há razão nessa justificação que já deu aqui mais do que uma vez, de que as progressões na carreira, os ciclos avaliativos, a aceleração de carreiras, os aumentos salariais, na sua opinião, são justificativos para 2 milhões de euros. Mas quem está deste lado questiona: então, tiveram uma redução de vinte e quatro funcionários e, mesmo assim, aumentam em 2 milhões os custos com pessoal? Tem que haver aqui mais alguma explicação e gostaríamos de saber, nomeadamente, senhor Presidente, em relação a 2024/2025, efetivamente quantos funcionários entraram na Câmara Municipal em 2025, resultando dos procedimentos concursais? Em que categorias? Já colocámos essa questão, o senhor Presidente não respondeu, mas seguramente agora, com a informação que recolheu do relatório, talvez possa dar essa informação. Quantos funcionários foram contratados por este Município no ano de 2025, em categorias, em lugares, para

tentar justificar os 2 milhões? Porque as razões fazem sentido, as três razões que invocou fazem todo o sentido, mas 2 milhões e 100 mil euros a mais parece-nos que tem que haver mais alguma coisa, porque é muito dinheiro. Depois, por último, senhor Presidente, queríamos saber também se a Câmara concorre para melhorar o prazo médio de pagamentos ou se concorre para piorar. Também, de 2022 e de 2023 para cá, aumentou de dezanove para quarenta e dois dias. Dir-se-á que não é algo muito grave. Mas se a Câmara, em 2013, estava com prazos de pagamentos de anos e conseguiu reduzir até chegar aos dezanove dias, creio que ainda foi no seu mandato já de 2021 a 2025, não posso precisar, agora estamos em quarenta e dois dias. Gostaríamos de saber, concretamente, qual é a justificação para este facto e se, em relação à atividade deste ano de 2026, a Câmara vai ou não acautelar este número para que se aproxime mais dos dezanove dias do que propriamente se mantenha nos quarenta e dois ou cinquenta dias mais, porque estão em causa os fornecedores. Também gostaríamos de saber porque é que realmente houve um aumento do prazo de pagamento aos fornecedores no ano de 2025. Para já é tudo, senhor Presidente. A minha colega também tem aqui umas questões a colocar.” ----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Uma questão relativamente à Prestação de Contas. Para além do que já foi referido pelo Professor João Prata, gostaria de deixar algumas notas relativamente ao texto de enquadramento, senhor Presidente. O texto de enquadramento reflete aquilo que foi feito pelo Município durante o ano de 2025 e reflete, obviamente, organizado por divisões. Constatámos que estão aí elencadas as principais atividades, como se refere e bem, embora em algumas áreas se note algum desequilíbrio no tratamento da informação que não é idêntica em todas as áreas. Portanto, acho que há aqui algum trabalho de coordenação que, se calhar, precisava de ser aprimorado. Mas estranhámos, sobretudo, que em duas

áreas, que reputamos de muito relevantes para a atividade do Município, que é o turismo e a economia e o empreendedorismo, não haja uma única linha neste texto de enquadramento. Portanto, acho que, relativamente ao turismo, se nós formos verificar nos quadros da execução das GOP's e dos planos plurianuais de investimento, efetivamente há lá muito dinheiro investido no turismo e muito dinheiro executado; e, portanto, não se dá nota de nada do que se tenha feito na área do turismo em 2025, o que nos parece errado. Isso leva-nos a perguntar se é, de facto, um reflexo da desvalorização política destas duas áreas, da economia, do empreendedorismo e do turismo, ou se é apenas uma falha de informação neste relatório. Também uma nota em relação à questão da cultura, há aqui também um desequilíbrio na informação que é apresentada. Eu deixava uma nota relativamente ao Museu da Guarda e à Biblioteca, que não veem refletidas as atividades que efetivamente desempenharam ao longo do último ano. Esta minha nota tem a ver com o seguinte: este documento é aquele que fica, depois de aprovado pela Assembleia Municipal, como testemunho daquilo que foi feito pelo Município em 2025. Portanto, é isto que vai ficar e que será consultado nos anos seguintes. Daí nós considerarmos que seria oportuna uma revisão do texto nestas áreas que referimos. Não sei se é possível ou se o senhor Presidente entende que é possível ou não. Achamos que, para este documento ficar em conformidade com aquilo que foi executado pelo Município em 2025, ele mereceria uma revisão. Deixava também só aqui uma questão relativamente aos processos urbanísticos. É aqui referida, no relatório de Prestação de Contas, a implementação da metodologia Kaizen. Como foi também um serviço que foi contratualizado pelo Município ao Instituto Kaizen, gostávamos só de saber se, de facto, já têm algum feedback se isto

está a ser bem aplicado, se está a ter resultados ou não e se nos podem dar essa indicação. Muito obrigada.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Sobre o que aqui foi referido, tentarei ser breve e responder sucintamente àquilo que foi questionado, naturalmente. Começando pelo resultado líquido do exercício. 300 mil euros negativos, nós bem gostaríamos de ter 300 milhões de euros positivos. No ano passado tivemos 248 mil positivos; em 2023 tivemos 1 milhão de euros; em 2021 tivemos 1 milhão e 200 mil euros negativos. É claro que o objetivo será sempre ter, tendencialmente, valores positivos. Mesmo que sejam poucos, mas que sejam positivos. E é esse o trabalho que qualquer governante deve fazer. E por isso é que nós fizemos questão de ir buscar todos os últimos anos, últimos sete, oito anos, em todos os indicadores. E até poderíamos ir buscar os últimos vinte, mas optámos pelos últimos sete ou oito anos, para termos aqui uma noção, em gestões diferentes, de como é que as coisas são feitas e qual é que deve ser o equilíbrio da nossa governação na Câmara Municipal da Guarda. É claro que este resultado negativo, que não é digno de registo, digamos assim, ou de grande significado, naturalmente tem que se trabalhar para ter resultados positivos, sempre que possível. Mas este resultado líquido do exercício, os senhores não falaram, mas, para além de falarem no resultado líquido neste período, era também importante falar na liquidez imediata que também baixou. Vamos ver os últimos anos e, minhas senhoras e meus senhores, isto deve-se a uma situação muito simples, para não dizer a principal, que são os fundos comunitários, e não só, por receber. O Município da Guarda tem, neste momento, cerca de 6 milhões de euros por receber. Está aí refletido. Seja do 2030, seja do Plano de Revitalização. Do Centro 2030 são quase 3,5 milhões de euros que temos para receber. Nós não deixámos de fazer as obras.

Avançámos com as obras, mas agora precisamos do seu recebimento. Caso contrário, os resultados ainda se agravam mais. Piorava o resultado líquido, piorava a liquidez imediata e pioravam outros resultados, outros indicadores que aí temos. Tal como o Plano de Revitalização. Nós já investimos 2,5 milhões, por conta da casa, como eu costumo dizer, do Plano de Revitalização e, até agora, ainda não recebemos esse dinheiro. Se andarmos sempre a gastar, a gastar, a gastar, o dinheiro esgota-se. Para além daqueles investimentos que temos vindo a fazer nas freguesias, como os senhores bem sabem, decorrentes dos incêndios e das intempéries de 2022. Tivemos apenas um terço de financiamento, mas os investimentos continuam a ocorrer. Começaram em 2023, ocorreram em 2024, ocorreram muito em 2025 e ainda continuam a ocorrer em 2026. E já não temos mais financiamento, conseguimos cerca de um terço de financiamento. Nós bem quisemos contratualizar um empréstimo, mas não nos deixaram. Chumbaram esse empréstimo, se bem se recordam, no mandato anterior. E por aqui não há milagres: se queremos continuar a fazer os investimentos, a certa altura temos de arrear caminho, porque, se o dinheiro não entra, não podemos continuar a fazer os investimentos com a dimensão que bem queríamos. Esta é, efetivamente, a grande razão, estes cerca de 6 milhões de euros que temos para receber de fundos comunitários. Depois, sobre os graus de execução, vamos ver os graus de execução dos últimos sete anos, se não estão todos em linha com aquilo que aconteceu nesse período. Os graus de execução, seja da despesa, seja da receita. Ora, em 2025, tivemos um grau de execução da receita de 86% e da despesa de 77%. Está em linha. Vamos a 2019: tivemos a despesa 75%, na altura foram menos 2%, e na receita 90%. Está em linha. Mais 4, menos 4, mais 5, menos 5; enfim, está tudo em linha. E este é o grau de execução. E não é só do Município da Guarda, que grande

parte dos municípios acabam por ter isto no final do ano, porque muitos dos investimentos são feitas à custo de fundos comunitários e basta haver alguma flexibilidade no seu recebimento, como é o caso, para depois haver necessidade de arrebatar caminho. A exceção são os grandes municípios, como Lisboa ou Porto, aqueles grandes municípios do país que têm outro tipo de fundos que nós não temos e que já não dependem praticamente de fundos comunitários, salvo agora alguns PRR, para poderem fazer esses investimentos. Apraz registar também que as transferências e os subsídios concedidos sofreram uma ligeira redução. Reduziram em cerca de 400 mil euros, sensivelmente. E, portanto, continuámos a fazer as coisas, mas com menos montante dessas transferências. Houve um aumento do número de compromissos assumidos, cerca de 2% face a 2024; isto reflete, efetivamente, o querer executar mais, nos mais diversos níveis, seja nas obras, seja nos transportes, noutras áreas. Por isso, este indicador dos compromissos assumidos face à despesa total é também muito importante. Também importa realçar que a despesa de capital aumentou cerca de um milhão de euros, o que é também ela significativa. E apraz-me registar também estes dados. No que diz respeito à receita cobrada líquida, ela também aumentou, sensivelmente, em relação a 2024. O ativo, os senhores não falaram, mas o ativo diminuiu, porque temos de ter em conta que houve uma redução na venda de bens e serviços por via da atividade de água e do saneamento que saíram. Há, portanto, um reflexo imediato. Já houve reflexo em 2024 e agora em 2025. 2025 é o primeiro ano completo de funcionamento da APAL-SIM, das Águas Públicas em Altitude. A partir de agora teremos anos completos, digamos, em termos comparativos, de uma forma sucessiva. As transferências e subsídios de capital reduziram pelas razões que eu já referi. Depois, outras notas a ter em atenção. A questão do

passivo, que os senhores referiram a certa altura, quando nós gastamos e não entra vai tudo parar ao mesmo. Pode não ser tudo, mas uma grande parte é lá que vai parar. Nós temos 6 milhões de euros por receber, que já cá deveria estar em 2025 e em 2026 continua a festa. Porque, vejam só: isto não é o problema do Governo A ou do Governo B; é um problema do Estado Português porque quer execução, quer execução, quer execução. Vamos concretamente ao 2030. Sobre o Plano de Revitalização, já sabemos o que é que se passa. Mas no 2030 a burocracia é uma coisa surreal. Que o digam algumas senhoras e senhores aqui presentes, que bem sabem a burocracia a que estão sujeitos. E depois é o esclarecimento A, e depois o B. E, vejam só, eu já estou a recorrer, inclusive, a recursos hierárquicos que não querem apoiar determinadas obras simplesmente por causa daquele “criteriozinho” da treta. Mas depois queixam-se que a execução do 2030 está pelas ruas da amargura. O Município da Guarda é dos poucos que está a executar na Região Centro, é dos poucos que já executou milhões e milhões de euros. Mas não podemos executar mais se não vier o dinheiro, para fazer o equilíbrio, a gestão financeira. Esta tesouraria que temos que ter, como bem sabemos, temos de andar sempre à frente com o dinheiro; e, mesmo assim, não apoiam a 100%: apoiam 85% ou menos, em função do eixo de financiamento. Por isso, esperemos que as regras sejam agora mais facilitadas. Já entrámos na segunda metade do quadro comunitário, e bem, e a taxa de execução do quadro comunitário 2030 está mesmo pelas ruas da amargura, acreditem. É um problema em que vão ter que arrear caminho. Não sei se agora vão aproveitar para desviar fundos do 2030 para pagar as obras do PRR ou não. Não sei se será esse um caminho, tendo em conta quem executou pouco, ou se haverá outros caminhos. Mas o que é facto é que têm de deixar executar quem quer executar. E nós, nesta casa, na Câmara da Guarda, com

a nossa governação, gostamos de colecionar projetos. As senhoras e os senhores chefes de divisão já sabem que é assim, estamos sempre a pressionar para termos projetos em gaveta. Coisa que não tínhamos, em 2021, quando chegámos a esta casa. Porquê? Porque há sempre oportunidades que vão surgindo e se nós tivermos o projeto na mão, é essa a oportunidade para podermos executar essa intervenção tão importante, seja ela de 100 mil ou de 10 milhões de euros. Por vezes surgem essas oportunidades, só que, às vezes, o prazo é muito curto para submeter. Há projetos que se podem fazer num mês, há outros que demoram dois ou três anos. E é esse o caminho que todos nós temos vindo a fazer. O prazo médio de pagamentos está em linha com os últimos sete ou oito anos. É claro que não pode deixar de estar na linha. Faço-me entender: não podemos aumentar agora, de repente, para o dobro, como é lógico. Mas está dentro daquilo que é perfeitamente tolerável. Aliás, o trabalho de recuperação que temos vindo a fazer, logo de 2021 para 2022, recuperámos logo. Mas depois, vejam só, tem vindo a agravar-se. A falta de recebimento dos fundos comunitários é uma das razões. Mas a outra razão são os investimentos que temos vindo a fazer nas freguesias. Sabem o que nos disseram no mandato anterior? “Gaste o dinheiro que tem na conta.” E, por vezes, pode haver um mês ou outro com algum desequilíbrio. Não quero dizer com isto que as faturas estejam em atraso. Isto não quer dizer isso. As faturas têm o seu prazo de pagamento a sessenta dias, mas isto tem a ver com o prazo médio de pagamentos. Estamos em dia. Não estamos a incumprir com ninguém. Mas é claro que, quando se gasta o que temos no banco, na conta, acaba por faltar e vai atrasando estes pagamentos. Vamos aos fundos disponíveis: estamos bem e recomendam-se os fundos disponíveis. Nós temos sempre essa preocupação. Ainda na sexta-feira falava com a senhora chefe de divisão, por causa da questão dos fundos

disponíveis, e eles têm, e bem, sempre essa preocupação. Portanto, os fundos disponíveis, 3,2 milhões de euros em 2025, estão em linha ou até acima da linha, se quisermos, daquilo que foram os últimos sete ou oito anos de governação. A redução da conta, caixa e depósitos, pelas mesmas razões que eu acabei de invocar. No que diz respeito ao limite da dívida total, claro que o plano de saneamento financeiro se mantém suspenso. A margem de endividamento subiu de 0,28 para 0,29. O reflexo das nossas contas - de 0,28 para 0,29. Está bem abaixo do limite de 1,5 da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. Por isso, temos uma margem de endividamento até 54 milhões de euros no resultado de 2025. Estamos perfeitamente à vontade. É claro que nós não pretendemos usar esta margem, como é lógico. A não ser daquilo que já fomos aprovando nesta Câmara ou quando se der o processo das Águas do Vale do Tejo (já falarei sobre isso) que aí podemos ter que usar, ou não, parte. Vamos ver como é que decorrem as negociações. Mas já falarei sobre isso. Baixámos algumas rúbricas: aquela rúbrica de seminários, exposições e similares, enfim, e atividades de dinamização sociocultural, houve um ligeiro abaixamento nessas rúbricas. Tivemos, infelizmente, um aumento de encargos de instalações, do funcionamento das instalações. E este ano já estamos mesmo a ver que vamos ter outra vez um aumento. Já tínhamos tido há quatro anos, sensivelmente, quatro ou três, já não me recordo. E agora já se avizinha um novo aumento de custos, pelas razões que todos nós bem sabemos. E depois lá teremos que arranjar formas de compensar esses custos. Vamos às despesas com o pessoal, que os senhores falaram. As despesas de pessoal aumentaram 2 milhões 260 mil euros, grosso modo. Deste montante, apenas 740 mil euros são efetivamente de pessoal contratado novo, naquele equilíbrio que nós queremos fazer, porque saíram vinte e quatro e a perspetiva é

que sejam quase cento e cinquenta, até 2029, por reforma. Todo o restante, ou seja, cerca de 1 milhão e meio de euros, números redondos, tem a ver com atualizações salariais, atualização da antiguidade em função daquilo que a lei demanda, o acelerador do SIADAP, a alteração obrigatória do posicionamento remuneratório do SIADAP. São as coisas que nos fazem aumentar custos. Os senhores dirão: “Mas 1 milhão e meio?” É verdade, é quase um 1 milhão e meio de euros para isto, tudo somado. Nada contra as atualizações e há de haver outras atualizações. Até agora têm sido os assistentes operacionais que, como bem sabemos, recebem o ordenado mínimo nacional. Quando houver, um dia destes, uma atualização salarial das outras carreiras, indexada ao salário mínimo nacional, então aí os custos ainda vão aumentar. Mas nada contra. Como todos estaremos de acordo, esses aumentos devem existir. Mas o Estado Central é que nos deve compensar. Agora que irá começar a alteração da Lei das Finanças Locais, estes mecanismos têm de ir compensando os municípios, porque senão a conta sai sempre dos mesmos, que é de nós, munícipes, para pagar tudo isto. A aquisição de bens de capital aumentou 1,7 milhões de euros também, fruto de todas as intervenções que nós fomos fazendo e aqui com um enfoque grande nas tais intervenções dos incêndios, das intempéries, enfim, das obras da habitação. Tudo isso levou a que isto acontecesse. E, grosso modo, a administração geral, que engloba um grande conjunto de situações: as iniciativas, a habitação, a ação social, os resíduos, a cultura, o ensino não superior, as transferências entre administrações, enfim, sofreu um aumento de cerca de 2 milhões de euros. Já agora, dizer que, no ano de 2025, reformaram-se vinte e quatro colaboradores, mas tivemos mais cerca de cinquenta e nove de baixa prolongada ou que estão destacados noutras instituições. Enfim, cinquenta e nove pessoas que não estão no quadro diário da Câmara Municipal, digamos assim. Há

baixas que nós vamos tendo de dois dias, três dias, uma semana, duas semanas, quinze dias, em função de alguns problemas que as pessoas vão tendo. Mas, de facto, nós temos baixas de longa duração que são significativas. No que diz respeito aos valores relativos a empréstimos, já agora, dizer, é bom sabermos isto: pagámos, em 2025, 2,2 milhões de euros de empréstimos. Desses 2,2 milhões, apenas 200 mil (estou a falar em números redondos) são referentes ao empréstimo contratado já por este Executivo, no caso concreto dos autocarros. Tudo o resto, ou seja, 2 milhões de euros, são dos empréstimos contraídos no passado: liquidação do Saneamento Financeiro, liquidação do Programa de Apoio à Economia Local, o chamado PAEL, o Centro Escolar de Vale do Mondego, o Centro Escolar da Sequeira, o Centro Escolar de Gonçalo e os respetivos arranjos exteriores. E ainda bem que se fizeram esses empréstimos à época, porque senão estas obras não estavam feitas hoje em dia. E só é pena não terem podido fazer mais ainda, não terem feito o Centro Escolar da Guarda, à época, que estamos a lutar por ele agora. Por isso, dar-vos esta informação também, já agora, sobre aquilo que tem sido o pagamento dos empréstimos de médio e longo prazo aqui no nosso Município. Bom, em suma, nós consideramos que a Câmara da Guarda está de boas contas; recomenda-se e vai continuar a recomendar-se, se Deus quiser, durante muitos e bons anos. A questão do contencioso, das provisões. Como bem sabem, porque vieram notícias a público recentemente, pela quarta vez foi dada a razão aos Municípios. O Supremo Tribunal Administrativo voltou a não aceitar a reclamação e, portanto, deu razão aos Municípios e agora foi feito um apelo para nos sentarmos à mesa. É a altura, de uma vez por todas, de nos sentarmos à mesa. Por isso é que eu nunca disse, até hoje, quanto é que a Câmara da Guarda poderá dever. Nunca falarei sobre isso, a não ser no dia em que haja um acordo e que eu assine por

baixo, pelas razões que vocês, os senhores Vereadores, imaginam: sempre que eu dissesse um qualquer valor publicamente, a seguir alguém poderia agarrar nesse valor. Há muitas questões em cima da mesa. Isto é um processo de litigância que já vem desde 2008. Já são demasiados anos, são dezoito anos de litigância e esperemos que possamos chegar a um acordo. É claro que haverá milhões a pagar. Claro que sim. Haverá milhões a pagar e teremos que os pagar. Mas queremos as coisas bem equilibradas, bem justas: queremos receber aquilo que temos de receber e temos que pagar aquilo que efetivamente temos que pagar, em função daquilo que são as decisões dos tribunais. Sobre os procedimentos de contratação pública: em termos de volume, senhor Vereador, o grosso são concursos públicos. É claro que há ajustes diretos simplificados e que nós evitamos o mais possível. Olhe, deixe-me dar um exemplo: os elevadores. A reparação de qualquer elevador é um simplificado e às vezes há peças de 100 euros e há peças de 7 ou 8 mil euros, o que é um suplício. Queremos acabar com isso. Queremos fazer uma contratação, o senhor Vice-Presidente já está com isso em mãos, uma contratação geral para todos os elevadores da casa, para termos um contrato, tal como já temos das fontes e já temos dos semáforos. Enfim, gradualmente libertarmo-nos disso. Porque haverá sempre coisas que são simplificadas, uma esferográfica, enfim, coisas pequenas. Mas o grosso será sempre concursos públicos. Vem aqui, senhora chefe de divisão de obras públicas, o ajuste direto que vem à ordem de trabalhos, daquelas casas do PRR, é um ajuste direto. Sabem porquê? O concurso público ficou deserto e, a seguir, houve convite à empresa que ficou para apresentar a proposta. É assim. Estou a falar bem? Isso é um subterfúgio da lei que permite; aliás, o Governo de então emitiu uma legislação para acelerar o PRR. Concurso público deserto. Bom, então, a seguir nós avançamos de outra forma para fazer a aceleração. O que não

quer dizer que não estejamos a cumprir com as leis todas, estamos a cumprir com as leis todas e aberto à concorrência. Olhe, neste caso, a concorrência ficou deserta! É tal “carne” que eu, há pouco, falava. Isto acontece no país todo. Presumo que em Espanha aconteça exatamente a mesma coisa. Não sei, sinceramente não sei. Mas nos países que têm PRR é normal que isto aconteça. Vejam só: um destes dias eu falava com um empresário que está para fazer instalações na plataforma logística. Eu perguntava-lhe: então, quando é que vocês avançam com a obra? “Epá, mais alguns meses para ver se baixam os preços, porque o PRR inflacionou isto tudo.” Palavras de um empresário, não interessa qual. E eu percebo, não é? Porque as empresas querem fazer as suas intervenções com o menor valor possível, digamos assim. Sobre a questão dos textos que aqui foi referenciada, é um alerta que nós deixamos também a quem coordena esta elaboração toda e o tempo. Uma das preocupações, senhora Vereadora, é o tempo em que se fazem estas coisas. Queremos que as coisas sejam feitas cada vez mais a tempo e horas, precisamente para dar tempo para os senhores analisarem e para nós analisarmos também, como compreenderão. E, por isso, essa tem sido uma nossa preocupação: aumentar o tempo de análise, fazer as coisas com mais tempo, mais atempadamente. Sobre a metodologia Kaizen: estão a trabalhar nisso, senhora Vereadora. Estão a trabalhar. Ainda é cedo para se mostrar os resultados. Aliás, também por causa desta coisa da informática, ficou um pouco em banho-maria. Portanto, irão agora retomar, porque é uma metodologia já ritmada em várias organizações, aos mais diversos níveis. Por isso, nós estamos esperançados precisamente neste projeto piloto que estamos a fazer no Município da Guarda, para que ela nos possa dar bons resultados. E, por agora, é o que me apraz dizer em relação ao referido.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, não vale a pena estar aqui a rebater absolutamente nada. Aquilo que eu tinha acabado de dizer, a oposição apresenta aquilo que considera os pontos críticos na execução ou na Prestação de Contas e o Executivo realça aquilo que são os aspetos positivos. Não temos nada contra isso. A única coisa que me suscita aqui alguma dúvida é esta questão relacionada com o pessoal, em que há uma diminuição de vinte e quatro funcionários. A questão que se coloca é: mas os funcionários que foram para a APAL estão contabilizados aqui ou não estão contabilizados? É que, que eu saiba, os funcionários da APAL são funcionários da Câmara. A legislação pode é permitir que eles, estando adstritos a trabalhar na APAL, estejam considerados no quadro da APAL. Portanto, era só essa questão.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não são contabilizados aqui, senhor Vereador. Desculpe. É possível que, durante o ano, não sei precisar o número, mas houve passagens da Câmara para a APAL durante o ano. Não sei precisar quantos. Mas alguns houve. Ainda houve contabilização aqui e depois passaram para lá. São alguns, mas poucos. Alguma questão mais?” -----

- **João Prata, Vereador:** “Pois, sobre a APAL falaremos no outro ponto, mas também gostaria de questionar. Ainda assim, senhor Presidente, nem a sua leitura é mais correta nem é menos correta do que a nossa. Os dados estão lançados nos documentos que nos foram apresentados e já valorizei a qualidade da informação, que me parece, é a primeira vez que estou a ver isto com mais pormenor, que é positiva. E tanto é válido aquilo que foi dito aqui pelos Vereadores que não foram eleitos para o Executivo a tempo inteiro, como é verdadeiro também aquilo que é dito pelos Vereadores que foram eleitos para o Executivo a tempo inteiro. De todas as formas, continuo a dizer e mantemos que é preciso haver algum cuidado nas

contas. E a justificação de que falta vir o dinheiro dos fundos comunitários, sendo real, não deixa de significar também o esforço de planeamento para não degradar, na nossa opinião, as contas. Não vi respondida a questão do prazo médio de pagamento: se vai ou não haver um esforço para se chegar mais perto dos dezanove dias ou manter os quarenta e dois? Antes do senhor Presidente o dizer, também eu o disse - não é um prazo chocante. Não é isso que se trata. Mas já tivemos dezanove dias. Depois, voltamos a referir a questão, pelas suas contas e por aquilo que nos é presente, dos 2 milhões e 200 mil de acréscimo para as despesas com os funcionários, que nada temos a objetar (ainda bem que o Governo de Portugal decidiu fazer uma política diferente da que vinha sendo seguida pelo Governo anterior, que foi claramente valorizar as carreiras e valorizar os vencimentos dos funcionários e não sobrecarregar com mais impostos, como era a política anterior), 740 mil euros é aquilo que o senhor Presidente refere como o esforço que a Câmara está a fazer com as novas contratações. Fazendo uma conta aritmética: 740 mil, para um vencimento normal, ou pelo menos um vencimento médio, ou os gastos, não é bem o vencimento, de 2 mil euros, dá cerca de trezentos e setenta e cinco funcionários. A questão que se coloca é: quantos funcionários efetivamente o senhor Presidente contratou em 2025 para poder esgotar os 740 mil euros e em que categorias e serviços é que foram os mesmos funcionários contratados? Já fizemos esta questão aqui. Remeteu-nos para este documento, mas, neste documento, também não conseguimos. Pode ser defeito nosso e pedimos, portanto, essa aclaração da parte do senhor Presidente. Muito obrigado.”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Senhor Presidente, se me permite, da sua nota em relação ao texto de enquadramento, presumo que não vai fazer alterações agora ou acha que ainda é possível fazê-las?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não há alterações. O documento é este e não há alterações neste momento.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “A minha sugestão tinha a ver, sobretudo, com o facto de este ser o documento que vai ser aprovado na Assembleia Municipal e que ficará depois disponível online por vários anos. E como notámos estas falhas, achámos que seria um contributo positivo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Agradeço, senhora Vereadora. Mas se nós decidirmos fazer ainda alguma coisa... é apenas um texto de enquadramento, até porque, como bem sabem, houve agora alteração da lei orgânica recentemente e, portanto... se nós entendermos, depois informaremos. Sobre a questão colocada, já esclareci. O senhor Vereador fez contas, trezentos e setenta e cinco funcionários? Não fez bem as contas, senhor Vereador. Sim. Dava para trezentos e setenta e cinco funcionários? Eu estou aqui a perguntar porque não tenho aqui estes números. Senhor chefe de divisão, tem esses números de cor ou não? Quantos é que entraram no quadro em 2025? Não temos aqui os números, mas depois poderemos dar. Sendo certo que entraram assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores. A questão era só essa, essencialmente, do senhor Vereado? Senhor Vereador, então, o prazo médio de pagamentos, se pudermos pagar a pronto, não pagamos a sessenta dias. A menos que sirva para termos algum ganho financeiro na banca. Mas hoje em dia, os ganhos financeiros na banca, estão pelas ruas da amargura. O senhor bem viu a diferença que houve de 2021 para 2022. E baixámos. E sempre que nós pudermos baixar, baixamos. Assim que nos paguem, pagamos mais cedo ainda. Nós não estamos em incumprimento. Atenção: não devemos confundir as coisas. Mas sempre que nós pudermos pagar, pagamos. Correto, senhora chefe de divisão? Desde que tenhamos a liquidez e os fundos

comunitários, em vez de virem ao dia 20, se vier ao dia 8, tanto melhor. Dependerá sempre desses recebimentos. E, já agora, aquilo que vos pedimos, até porque vocês, os dois partidos, têm assento parlamentar na Assembleia da República, que acelerem lá o Plano de Revitalização. Porque, vejam só, só por conta, já temos 2 milhões e meio. E só para as medidas diretas do concelho da Guarda serão 35 milhões de euros ou 30 e qualquer coisa milhões de euros, só pela via do Plano de Revitalização, que todos nós bem precisamos de executar. Foi um plano muito bem pensado, com sessenta e oito entidades. É uma coisa muito séria para ser enfiada numa gaveta. E quem o fizer pagará as suas consequências no futuro próximo.” ----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro.* -----

**PONTO 3 – PROPOSTA DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS APAL-SIM, EXERCÍCIO DE 2025 – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 72/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

- A contabilidade dos APAL-SIM, rege-se pelas regras aplicáveis aos Municípios que os integram (Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal), nomeadamente, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais;-----

- Compete ao Conselho de Administração dos APAL-SIM elaborar os documentos de Prestação de Contas a apresentar às Câmaras Municipais de acordo com o disposto na alínea e) do artigo 13.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; -----

- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os documentos de Prestação de Contas individuais das autarquias locais, entidades intermunicipais são apreciadas pelos seus órgãos deliberativos durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam;-----

- Na reunião ordinária de 19 de março de 2026, o Conselho de Administração dos APAL-SIM, aprovou, por unanimidade o Relatório de Gestão e Prestação de Contas – Exercício de 2025. -----

*Atento o exposto, venho propor ao digno Órgão Executivo que ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere: -----*

*1 - Aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos APAL-SIM – exercício 2024, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----*

*2 - Nos termos conjugados da alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambas na sua redação atual, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador?”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, mais uma vez, em relação ao relatório de gestão e prestação de contas da APAL, falaria outra vez nas duas dimensões, porque há necessidade de falar: a dimensão técnica e a dimensão

política. E eu começaria pela dimensão técnica, porque, se no anterior relatório eu disse que a dimensão técnica estava de acordo com aquilo que nos era possível observar, neste caso aqui não está. E se nós olharmos para o relatório do Revisor Oficial de Contas, encontramos um argumento plausível para que esta minha posição e esta minha afirmação encontrem respaldo. E aquilo que diz no último parágrafo: o relatório de gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 - contabilidade de gestão de entidades - e não divulgou as razões para estas insuficiências. Ou seja, o relatório de gestão foi feito, as contas possivelmente estarão corretas, mas o Revisor Oficial de Contas diz claramente que não há uma justificação para não ter cumprido este relatório de gestão previsto na NCP 27. E, assim sendo, deixa-nos aqui algumas dúvidas. Ou será aqui justificado este incumprimento e colmatadas estas insuficiências ou nós não podemos fazer outra coisa senão votar contra. Depois, em relação à dimensão política, salientávamos aqui alguns pontos que nos parecem críticos e que qualquer pessoa que observe diria que já aqui há alguns indicadores que demonstram a degradação daquilo que é gestão da coisa pública. Só para termos uma noção: o passivo da empresa já aponta para 2 milhões de euros, concretamente 1 milhão 998 mil euros. Isto reflete-se já nas contas do município porque, percentualmente, a dívida da APAL é refletida nas contas da Câmara da Guarda, como vocês sabem, e estamos já a falar em cerca de 700 mil euros, evidentemente. Depois, se falarmos na questão da dívida, estamos a falar a fornecedores: 700 mil euros; outras contas por pagar: 1 milhão e 60 mil euros; e por aí fora. Isto para dizer que há aqui indicadores que demonstram que há uma degradação. Eu sei que a gestão da APAL, nesta fase inicial, até em termos comparativos, nós teremos alguma dificuldade em fazer uma análise mais concreta e mais correta. No entanto, há aqui indicadores que nos apontam para um caminho

que possivelmente poderá não ser o mais correto. Também o número de funcionários, já estamos, possivelmente, a ultrapassar uma centena de funcionários. Na altura em que foi concluído o mês de dezembro estaríamos em noventa e seis funcionários. Ainda há pouco tempo aqui falámos sobre a falta de funcionários, nomeadamente nas funções mais operacionais e mais técnicas da parte da canalização, e nós concordámos que, não havendo possibilidade de resposta no mercado por parte das empresas, até deveriam ser contratados alguns funcionários para colmatar essa situação. Mas aquilo que nos preocupa essencialmente é a questão da dívida e a questão da prestação do serviço. Sabemos do aumento da fatura da água, aquilo que aconteceu quando foi aprovado o novo tarifário. E, também, em jeito de conclusão, gostaríamos muito que esta gestão tomasse um outro rumo, para que não seja, daqui a manhã, uma empresa onde nós varremos as dívidas da autarquia ou parte delas. Sendo que, como sabemos, os serviços municipalizados que existiam na Câmara da Guarda, tinham verbas suficientes e davam resultados positivos. Se isolássemos, aquilo que era cobrado era muito superior àquilo que depois era gasto. E, assim sendo, esperemos que possa ter outro rumo e que possa servir para aquilo que foi designado inicialmente: fazer candidaturas intermunicipais com os diversos concelhos, ganhar escala e potenciar ao máximo aquilo que seriam as candidaturas ao nível da melhoria, tanto da rede pública de abastecimento de água como também da rede pública de saneamento. Muito obrigado, senhor Presidente.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “Face ao relatório que nos é apresentado, politicamente merecia o voto contra. Nós temos falado da APAL várias vezes nestas nossas reuniões. É um projeto que, enquanto ideia, é acarinhado, mas já aqui dissemos

várias vezes que a sua concretização e a sua implementação poderá significar estarmos a criar uma dificuldade a todos os Municípios, incluindo o nosso. Não deixando de referir que é um projeto válido, daquilo que é a sua ideia originária e matriz essencial, que é a coordenação num setor tão importante e decisivo para a qualidade de vida das pessoas e de outros tecidos económicos. É, portanto, um projeto válido e nós, apesar deste relatório merecer o nosso voto contra, teremos que ponderar ainda a nossa decisão. Mas o relatório não é abonatório para as Câmaras. Vale a justificação de que é o primeiro ano que está em plenitude de funções, como aqui já foi mencionado e como também demos conta. Mas queria apenas colocar uma questão em relação a este relatório: se, atualmente, no dia de hoje, a Câmara Municipal da Guarda tem funcionários do seu quadro destacados ou cedidos à APAL, e, se os tem, quem é que está a suportar esses encargos? Depois, se nos puder dizer, eu penso que este assunto já foi aqui tratado, mas não tenho presente agora, mas gostaria de completar: quantos funcionários saíram dos quadros da Câmara para o quadro da APAL? Funcionários que eram da Câmara e saíram para a APAL diretamente e lá estão a trabalhar e são funcionários da APAL, desta empresa multimunicipal? E, em terceiro lugar, disse-nos que tem mais de uma centena de funcionários, ouvimos agora e estava no relatório, mas, em relação ao ano passado, quantos concursos foram abertos efetivamente para esta empresa multimunicipal? É só.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, muito obrigado. Sobre o que aqui foi referenciado, esta é uma... eu não lhe quero chamar de empresa, mas é gerida como se fosse uma empresa, naturalmente, teve o seu primeiro ano de funcionamento pleno e, naturalmente, tem dores de crescimento. A primeira dor de crescimento, vejam só: todas estas entidades que surgiram no país, e foram várias,

cerca de vinte entidades que surgiram no país, tiveram apoios do Fundo Ambiental de milhões de euros no seu arranque. Milhões de euros. No Governo anterior e no Governo atual também isso já aconteceu. Fizemos uma candidatura, porque nos foi indicado que é assim que devia acontecer agora, e nós concordamos: uma candidatura de 4 milhões de euros para as tais dores de crescimento. É preciso investir nisto, naquilo, naqueloutro, numa viatura de desobstrução nova, nos mais diversos equipamentos, enfim, que não vale a pena agora estar aqui a referenciar. Sabem quanto é que recebemos até agora? Zero. Nem tivemos ainda a informação do Fundo Ambiental de que a candidatura tenha sido analisada ou deixada de ser analisada. E já levou a que os quatro Municípios tivessem pedido uma reunião. É lamentável que estejamos há um ano à espera de ver as coisas acontecer. Mas a água tem que continuar a circular nas torneiras. Abrimos a torneira, tem que sair e com qualidade. E quando descarregamos o autoclismo, também tem que ser tratado no sítio certo. E este é o principal problema, neste momento, desta entidade: não ter tido o apoio das dores de crescimento. Porque nós assumimos, desde a primeira hora, que a entidade tem que se gerir a si própria e tem que gerar os recursos necessários para que ela possa sobreviver sozinha, tal como acontecia até 2017, onde gerava os superávits necessários para fazer os investimentos. É claro que, agora, o efeito de escala, pode haver aqui alguma tendência de se diluir alguma coisa. Pode acontecer isso. Não nego isso, no tal espírito da solidariedade. Bom, mas também devo dizer que, em 2017, houve uma transferência de 8 milhões de euros, assinada por mim, do SMAS para a Câmara da Guarda. Também é bom dizer isso. E que permitia (e estava numa aplicação financeira que, à época, dava um dinheirito) que em meses de desassossego se recorresse àquilo para colmatar alguma coisa e, depois, a seguir, compensava-se. Mas é bom dizer que em 2017 eu

assinei um cheque. Nunca tinha assinado um cheque tão grande. Quase 8 milhões de euros que foram transferidos do SMAS, à época, para a Câmara Municipal da Guarda. Bom, estas são as razões destas dores do crescimento e o Conselho de Administração tem vindo tomar as decisões de gestão necessárias e vai continuar a tomar, para continuar a prestar o serviço a que estamos obrigados e, paulatinamente, ir diminuindo o passivo. Esta questão técnica que aqui refere, internamente já estamos a tratar do assunto. Internamente já está a ser tratado o assunto. Porque, às vezes, têm que acontecer estas coisas para depois acontecerem outras. E por aqui me fico porque não quero, acho que não devo falar mais do que isso, mas ainda bem que realçou essa situação. A APAL-SIM tem cerca de cem colaboradores neste momento, entre colaboradores já contratados diretamente pela APAL-SIM ou cedidos pelos Municípios. São cerca de cem, números redondos. E, neste momento, estão seis concursos a decorrer para admitir assistentes operacionais, para canalizadores, para leitores, enfim, para essas áreas que nós temos que estar sempre a colmatar, seja para a Guarda, seja para os outros Municípios. Uma parte desses colaboradores será para irem para o concelho de Celorico da Beira, porque, neste momento, ainda são os colaboradores do município de Celorico da Beira que estão a prestar esse serviço. Aquilo que nós queremos é que sejam colaboradores totalmente ao serviço da APAL-SIM. A Câmara da Guarda não tem funcionários cedidos à APAL, oficiosamente; tem-nos oficialmente, porque foi feito um acordo, à época, com os trabalhadores e com os sindicatos. Foi feito um documento, há um contrato tripartido em que os colaboradores passam para a nova entidade, salvaguardando os seus direitos. Mas o seu vínculo continua ao serviço de origem, seja na Câmara da Guarda, do Sabugal, de Celorico ou de Manteigas, o vínculo de origem mantém-se. Tal como acontecia

com o SMAS, era exatamente a mesma coisa. Só que agora estão cedidos por interesse público, digamos assim. A figura não é esta, é outro nome que não me recordo agora, mas estão cedidos oficialmente à APAL. E, portanto, estão cerca de seis concursos abertos para cerca de uma dúzia de colaboradores, salvo seja. O grosso são assistentes operacionais, que precisamos para essas áreas, na Guarda e noutros concelhos. O quadro da APAL, neste momento, a não ser isto que está a decorrer agora, está praticamente estabilizado. E, portanto, as pessoas que tinham que se formar já se formaram, sendo certo que, nesta área, a formação nunca acaba, como bem sabemos. A formação e os desafios são diários. Os planos de investimentos estão definidos para os próximos cinco anos, com recurso a fundos comunitários e não só. Há aqui um financiamento que é intrínseco. Pela primeira vez, sabemos quanto é que são as perdas no sistema, no seu todo, com a ponderação. Temos perdas de 43,8%, com as ponderações todas, e as afluências indevidas são 50%. Ou seja, 43,8% da água que compramos não chega à casa das pessoas, perde-se. E metade das águas residuais, que são contabilizadas nas ETAR, advêm das chuvas ou das linhas de água. Estão a ver aqui a margem de progressão de um financiamento interno que vai demorar o seu tempo. Há coisas que se conseguem fazer rapidamente e há outras que vão obrigar a mais investimentos. Mas temos que chegar lá, porque esta é a realidade de um ano inteiro, do primeiro ano completo da entidade e reflete bem aquilo que tem que ser o investimento no setor. E como temos agora técnicos que estão totalmente direcionados para esta atividade, bom, então, este é o seu trabalho essencial: não só assegurar a prestação do serviço, mas também reduzir estas perdas e estas afluências, e reduzir também as imparidades, a malta que não paga. E por isso os cortes estão a aumentar. Quem tem problemas sociais recorre à Câmara da Guarda, ou de Celorico, ou de

Manteigas, ou do Sabugal, que têm mecanismos de apoio. Agora, simplesmente, quem não paga a água por não pagar, é cortado o seu abastecimento. E é aquilo que está a acontecer. Posso dizer que há algumas centenas de milhares de euros destas imparidades e com as execuções fiscais que também já estão a funcionar nesta entidade. Tal como já acontecia antes, também já estão a acontecer nesta entidade, porque há pessoas que simplesmente não pagam a água porque não lhes apetece. E não é por dificuldades financeiras, vos garanto, as situações que nos têm aparecido. Toda a gente que tem dificuldades financeiras é encaminhada para as câmaras respetivas, os apoios sociais e a tarifa social. Isto são casos de gente que, enfim, poderia dizer aqui muita adjetivação, mas não o devo fazer. Minhas senhoras e meus senhores, este é o estado da arte. O caminho que está a ser feito e, pela primeira vez, nos quatro municípios, temos a radiografia daquilo que é o sistema. No caso da água, o Município da Guarda está melhor, mas podemos ir vendo aí outros municípios que têm quase o dobro daquilo que são as nossas perdas. Há muito caminho a fazer. São perdas físicas e nós acreditamos que há aqui muitas perdas comerciais, roubos de água. É o caminho que está a ser feito. Eu bem me recordo há alguns anos, era eu Presidente do SMAS, dei ordem para partir o muro de uma casa. Dentro do muro estava lá uma coisa bem feita, digna de registro. Um muro betonado que tinha sido feito há dezenas de anos. Mas, quando, às vezes, nos cheira estas coisas, temos que saber atuar e com coragem. E, a seguir, houve um processo em tribunal, com uma indemnização de milhares de euros ao SMAS, à época. Bom, mas se formos às afluências indevidas, o Município da Guarda está, digamos, no meio da tabela, e há aqui outros municípios onde há muito trabalho ainda a fazer, para que haja redes separativas. Nós nunca chegaremos aos 0%, isso é utopia. Mas há aqui muito trabalho a fazer entre todos, seja com estes municípios,

seja com outros que entrem no futuro, para podermos aumentar a eficiência dos sistemas, combater todas estas perdas, com efeito de escala, naturalmente, para podermos alcançar os objetivos a que este sistema se propôs.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Só aqui esclarecer uma questão, senhor Presidente. Perante aquilo que escreveu o ROC, eu gostava de saber quais é que são as razões de não ter respondido a estas insuficiências? É que isso faz depender o voto do Partido Socialista. Quer dizer, se nós já temos dificuldades em fazer uma fiscalização rigorosa sobre aquilo que são os documentos que nos são apresentados, se até para o próprio Revisor Oficial de Contas existem estas dúvidas, a minha pergunta é: se nos vai esclarecer de que é que se tratou esta insuficiência ou se nós temos que nos defender votando contra? Senhor Presidente, como deve compreender! Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, eu percebo bem o que diz e agradeço até ter levantado o assunto. Portanto, é uma questão que internamente já está a ser resolvida, porque houve uma coisa que devia ter sido feita e não foi feita, ou não foi esclarecida, melhor dizendo. E, portanto, por isso é que o ROC, e bem, ainda bem que nós temos um Revisor Oficial de Contas e que regista estas coisas. Tal como, se reparam, nas contas da Câmara, também registou outras coisas. Ok, mas vão lá verificar que há lá algumas coisas que já são recorrentes e temos que atacar esse problema de uma vez por todas. Já temos medidas concretas e podemos falar, se quiserem, depois, na próxima reunião. Se entenderem, podem levantar o assunto e falaremos sobre isso. São coisas que já vêm há muitos anos refletidas nas observações dos Revisores Oficiais de Contas. Nesta aqui, em concreto, quando houver as medidas tomadas, nós informaremos a Câmara. Agora, não quero dizer

aqui determinada coisa sem estar devidamente articulada com os meus colegas, com os meus pares da Administração da APAL.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, mas compreende a posição do Partido Socialista nesta questão.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que compreendo.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Quer dizer, há aqui uma responsabilidade que não é só política, é também uma responsabilidade que pode advir e serem responsabilizados os Vereadores que, mediante aquilo que aqui está e não havendo um esclarecimento, não me resta nenhuma alternativa senão votar contra, pelos motivos que apresentei.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Percebo o que o senhor diz. Percebo o que o senhor diz, naturalmente. Seria utópico eu estar a dizer uma coisa diferente. Colocando à votação. Senhor Vereador, neste momento, eu não posso dizer mais qualquer coisa a não ser isto.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Eu não posso alterar a minha votação em relação a isto, se houvesse algum esclarecimento em que houvesse uma garantia, por parte do senhor Presidente...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, senhor Vereador, as contas estão corretas. Isso eu asseguro. Agora, há de ter havido aqui um dado qualquer que não foi enviado pelos técnicos ao Revisor Oficial de Contas e o Revisor Oficial de Contas, nesta matéria, é exímio. Por isso é que há um diálogo constante e frequente que tem que existir entre o Revisor Oficial de Contas e os técnicos da contabilidade de cada casa.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Isso devia estar esclarecido...”-----

- **Sérgio costa, Presidente:** “Precisamente. E assim que nós tenhamos a coisa mais escarpada, diremos na próxima reunião, no limite, naturalmente. Se não for antes. Mas aquilo que pedimos para que equacionem, porque não está aqui em causa nenhuma ilegalidade, nada disso...” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Então, fazendo fé nas suas palavras e naquilo que é, o Partido Socialista, o máximo que pode fazer é abster-se nesta matéria.” ----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. E há aqui o compromisso de nós podermos fazer chegar essas questões todas. E eu peço aos serviços que apontem isto, porque há este compromisso de enviar aos senhores Vereadores este esclarecimento devido.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro.* -----

**PONTO 4 – NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA GUARDA PARA O MANDATO 2025 A 2029 – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 70/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- Os documentos de Prestação de Contas das Autarquias Locais são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas, apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade

de revisores oficiais de contas, conforme determina o n.º 3 do art.º 76, do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, com as alterações;-----

- De acordo com o n.º 1 do artigo 77º do RFALEI, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo; -----

- Para cumprimento desta exigência legal e do código dos contratos públicos formalizou-se um procedimento para formação de contrato, através de consulta prévia com convite a três entidades; -----

- Decorrido o procedimento a sociedade de revisores, Marques de Almeida, J. Nunes V. Simões & Associados, SROC, S.A., foi o único concorrente, conforme projeto de decisão e minuta de contrato que se anexa. -----

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 9 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere: -----*

*- A submissão a deliberação da Assembleia Municipal da nomeação como auditor externo, a sociedade de revisores oficiais de contas “Marques de Almeida, J. Nunes V. Simões & Associados, SROC, S.A.”, que será responsável pela Certificação Legal de Contas do Município da Guarda, nos anos económicos de 2026, 2027, 2028 e 2029.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----*

**PONTO 5 – RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PARA**

**FINANCIAMENTO DA OBRA “REGENERAÇÃO E MOBILIDADE URBANA DO VALE DO CABROEIRO”.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 67/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que:-----

- Na reunião de 24 de novembro de 2025, a Câmara Municipal deliberou aprovar o caderno de encargos do procedimento de contratação de Empréstimo de Longo Prazo para financiamento da obra “REGENERAÇÃO E MOBILIDADE URBANA DO VALE DO CABROEIRO”, submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a autorização prévia para a realização dos investimentos a financiar, bem como delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara Municipal para proceder à tramitação administrativa do processo. A 22 de dezembro de 2025, a Assembleia Municipal da Guarda, aprovou a proposta para a Contratação de Empréstimo nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com n.º 5 do artigo 49º do Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais (RFALEI) e com o n.º 1 do artigo 22º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, sob proposta da Reunião de Câmara de 24 de novembro de 2025; -----

- A Assembleia Municipal a 27 de fevereiro de 2026, aprovou a autorização da Contratação do Empréstimo nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com n.º 5 do artigo 49º do RFALEI e com o n.º 1 do artigo 22º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, sob proposta da reunião de câmara de 20 de fevereiro de 2026, conforme Relatório Final de Avaliação das Propostas; -----

- A 26 de março de 2026, o Presidente da Câmara Municipal da Guarda aprovou a minuta do contrato ao abrigo do nº 3 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

- A 30 de março de 2026, o Presidente da Câmara Municipal da Guarda outorgou o Contrato de Empréstimo ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda, ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere: -----*

*- Ratificar o ato praticado no dia 26 de março de 2026, de aprovação da minuta do contrato de Empréstimo de Longo Prazo para o Financiamento da Obra “REGENERAÇÃO E MOBILIDADE URBANA DO VALE DO CABROEIRO” até ao valor de 11.197.778,35€ (onze milhões, cento e noventa e sete mil e setecentos e setenta e oito euros e trinta cinco cêntimos), em anexo à presente proposta, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com cinco votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes, Rui Melo e António Monteiro e duas abstenções dos Senhores Vereadores João Prata e Alexandra Isidro. -----*

**PONTO 6 – ASSINATURA DA CARTA DE COMPROMISSO DO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA.-----**

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 33/2026

(Mandato 2025-2029)

O Município da Guarda aderiu ao Pacto de Autarcas em 2011. -----

Apesar de não terem sido comunicadas ao Pacto de Autarcas novas metas (para 2030 e 2050), o Município desenvolveu o seu PMAC em cumprimento da Lei de Bases do Clima, em que define tais metas. -----

No âmbito de uma campanha de reativação dos municípios portugueses no Pacto de Autarcas que está a ser levada a cabo pelo Secretariado Europeu do Pacto com o apoio da ADENE como Coordenadora Nacional da iniciativa em Portugal, foi proposto a todos os municípios nestas condições que atualizassem a informação na plataforma MyCovenant, bastando para tal submeter o seu PMAC aprovado, acompanhado do Compromisso, que se anexa à presente proposta. -----

O Município da Guarda é signatário do Pacto de Autarcas desde 2011 e o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) foi aprovado na Assembleia Municipal de 23-04-2024. -----

Face ao exposto e tendo em conta que:-----

- Compete à Assembleia Municipal a aprovação dos planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município (artigo 25.º/1/h);-----
- Compete à Câmara Municipal a condução da política municipal e a prática dos atos necessários à prossecução das atribuições do município (artigo 33.º); -----

– O Presidente da Câmara Municipal representa o município e pratica os atos necessários à execução das deliberações dos órgãos municipais (artigo 35.º/1/a), b) e c).-----

- O município já signatário e já existe um PMAC aprovado pela Assembleia Municipal, -----

*Tenho a honra de propor ao Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal se digne submeter à reunião do Executivo para que este delibere de forma expressa sobre a renovação do vínculo e/ou compromisso ao Pacto de Autarcas nos termos que constam da carta de compromisso em anexo ao abrigo do disposto nas alíneas a), b) e c) do nº 1 artigo 35.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----*

### **Pacto de Autarcas - Europa**

Rumo a uma Europa mais justa e com impacto neutro no clima

Nós, autarcas de toda a Europa, vimos por este meio reforçar as nossas ambições no combate às alterações climáticas e comprometemo-nos a agir em conjunto e com base na ciência, para manter a subida da temperatura global abaixo dos 1,5°C, a meta mais ambiciosa do Acordo de Paris sobre alterações climáticas. -----

Ao longo dos últimos anos, as cidades têm conseguido transformar o desafio das alterações climáticas em oportunidades. Este é o momento de tornar este desafio na principal prioridade a nível global.-----

Na qualidade de signatários do Pacto de Autarcas Europeu, comprometemo-nos a envolver todos os atores nesta missão. Vamos assegurar que as nossas políticas e programas não deixam nenhuma pessoa e nenhum lugar para trás.-----

A transição para uma Europa com impacto neutro no clima terá reflexos em todas as áreas da nossa sociedade. Na qualidade de líderes locais, iremos prestar particular atenção para assegurar o respeito pelos princípios de equidade e inclusão.

A transição que pretendemos tem de ser justa e inclusiva, respeitando os direitos dos cidadãos e os recursos do nosso planeta. -----

A nossa visão para 2050 é de todos podermos viver em cidades neutras em carbono e resilientes, com acesso a energia segura, sustentável e acessível. Como parte do movimento do Pacto de Autarcas Europeu, continuaremos: (1) a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no nosso território; (2) a aumentar a resiliência e a preparar-nos para os impactos adversos das alterações climáticas; e (3) a combater a pobreza energética como uma ação essencial para assegurar uma transição justa. -----

Reconhecemos que cada um dos Estados-Membros, regiões e cidades da UE se encontram em diferentes fases na sua respetiva transição climática, e que cada um dispõe dos respectivos recursos para dar resposta às ambições definidas no Acordo de Paris. Reconhecemos ainda que enfrentar a crise climática é uma responsabilidade coletiva. Os inúmeros desafios exigem uma resposta política forte a todos os níveis de governação. O Pacto de Autarcas Europeu é, antes de mais, um movimento de autarcas empenhados, que partilham soluções locais para desafios energéticos e climáticos e cooperam entrepares com o intuito de concretizar esta visão. -----

Comprometemo-nos a fazer a nossa parte através das seguintes ações: -----

1. COMPROMETEMO-NOS a definir metas de médio e longo prazo, de acordo com os objetivos da UE, e pelo menos tão ambiciosas quanto as nossas metas nacionais. O nosso objetivo é atingir a neutralidade carbónica até 2050. Tendo em consideração a atual emergência climática, faremos da ação climática a nossa prioridade, informando disso mesmo os nossos cidadãos. -----

2. ENVOLVEREMOS os nossos cidadãos, as nossas empresas e os nossos governos a todos os níveis na implementação desta visão e na transformação dos nossos sistemas sociais e económicos através de um pacto climático local que conte com a participação de todos os intervenientes que contribuam para alcançar estes objetivos. -----

3. ATUAREMOS, agora e em conjunto, para acelerar o processo da transição climática necessária. Iremos desenvolver, implementar e reportar – de acordo com os prazos estabelecidos – um Plano de Ação para atingir as nossas metas. Os nossos planos incluirão disposições sobre como reforçar a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, de forma inclusiva. -----

4. COLABORAREMOS com todos os autarcas e líderes locais, da Europa e do resto do mundo, para partilhar soluções para os desafios que todos enfrentamos. Vamos convidá-los, onde quer que estejam, a juntarem-se a nós no movimento do Pacto de Autarcas Global e a abraçar os objetivos e a visão que aqui subscrevemos. Nós, signatários do Pacto de Autarcas Europeu, afirmamos tomar desde já medidas (Comprometer, Envolver, Atuar, Colaborar) para garantir o bem-estar das atuais e futuras gerações. Juntos, trabalharemos para transformar a nossa visão em realidade. -----

Contamos com o apoio dos nossos governos nacionais e das instituições europeias para disponibilizarem os recursos políticos, técnicos e financeiros ao nível das nossas ambições que aqui declaramos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, nós votaremos a favor, mas esta carta de compromisso acho que ficaria mais completa se houvesse indicadores da concretização deste projeto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isto é um Pacto dos Autarcas que já existe há muitos anos. Se não é há vinte anos, é quase, não é senhor Vereador?” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Desde 2011.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Há 15 anos. Mas, efetivamente, este sistema, digamos assim, deveria fazer essa monitorização, mas acaba por não ser feita. E, às vezes, este mecanismo, este Pacto dos Autarcas abre-nos algumas portas para podermos ir a alguns fundos comunitários ou para podermos fazer certas e determinadas contratações. Por exemplo, há cinco anos, houve aquele projeto da Cidade Led. Se o município da Guarda não tivesse aderido a este Pacto dos Autarcas e, já não me recordo do termo, tendo feito lá outro procedimento, não poderia ter feito isso. São assim algumas nuances que tem.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.* -----

**PONTO 7 – CORREÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA E DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA PARA ESTACIONAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO.** -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 29/2026

(Mandato 2025-2029)

Na reunião do executivo de 09-02-2026 foi aprovado o Regulamento Interno de Funcionamento do Parque de estacionamento do Edifício da Câmara Municipal e do Parque de Estacionamento do Teatro Municipal da Guarda para Estacionamento dos funcionários do Município. -----

Este regulamento estabelece as regras de acesso, utilização e pagamento dos parques de estacionamento acima referenciados, pelos trabalhadores do Município da Guarda, garantindo o princípio de igualdade de tratamento entre os funcionários, com base no regime de "primeira chegada, primeira atribuição de lugar" (ordem de chegada). -----

Após aprovação do Regulamento foi verificada uma incorreção na utilização do termo "taxa". De facto, no caso em apreço, o pagamento do estacionamento corresponde a uma tarifa e não a uma taxa. Procede-se à substituição do termo taxa por tarifa nos nº 1, 2 e 5 do artigo 6º, artigo 7º, nº 2 do artigo 8º, artigo 12º e no anexo I. -----

*Ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de correção do regulamento interno de funcionamento do Parque de Estacionamento do Edifício da Câmara Municipal da Guarda e do Parque de Estacionamento do Teatro Municipal da Guarda para estacionamento dos funcionários do Município, conforme minuta em anexo."* -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- João Prata, Vereador:** "Sim, dado que se trata de uma correção, da nossa parte votamos a favor." -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.* -----

**PONTO 8 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE DESIGNAÇÕES TOPONÍMICAS A ARRUAMENTOS DO CONCELHO DA GUARDA.** -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 30/2026

(Mandato 2025-2029)

Na reunião realizada no dia 30 de março de 2026 da Comissão Municipal de Toponímia foram apresentadas várias propostas de atribuição de designações toponímicas a arruamentos no concelho. -----

Estas propostas foram previamente formuladas com parecer favorável das Juntas de Freguesia territorialmente competentes e pelos membros da respetiva Comissão, que mereceram, por unanimidade, a concordância da Comissão Municipal de Toponímia das propostas seguintes: -----

**Propostas:**-----

**a) Municipais: Sr.ª Laura Ramos e Sr.ª Ana Margarida Tasca Clerigo** – Pedido de atribuição de topónimo a arruamento no Bairro da Luz, Quinta dos Bentos: -----

**Atribuição do topónimo:** Rua Emílio Aragonês com início na Rua José dos Santos e final na Rua Doutor Francisco Lucas Pires, na Freguesia da Guarda; -----

O topónimo a atribuir na freguesia, encontra-se descrito no Caderno de Toponímia nº19, em anexo para aprovação. -----

A Comissão deliberou por unanimidade o pedido de atribuição do topónimo e propõe o mesmo para deliberação da Câmara Municipal. -----

**b) Presidente da Câmara Municipal da Guarda – Sérgio Fernando da Silva Costa** – Proposta de atribuição do nome Francisco Pinto Balsemão a um arruamento no Novo Polo Industrial da Guarda:-----

**Atribuição do topónimo:** Avenida Francisco Pinto Balsemão com início na Estrada Municipal 531 e final no interior do Novo Polo Industrial da Guarda, Freguesias de Casal de Cinza e Vila Garcia. -----

O topónimo a atribuir nas Freguesias de Casal de Cinza e Vila Garcia, encontra-se descrito no Caderno de Toponímia nº19, em anexo para aprovação. -----

A Comissão deliberou por unanimidade a proposta de atribuição do topónimo e propõe a mesma para deliberação da Câmara Municipal. -----

**c) Junta de Freguesia de Arrifana** – Proposta de atribuição do nome Sítio do Carrilhão a um arruamento na Freguesia de Arrifana: -----

**Atribuição do topónimo:** Sítio do Carrilhão com início na Rua 31 de Janeiro e final na Avenida do Comércio na Freguesia de Arrifana. -----

O topónimo a atribuir na Freguesia de Arrifana, encontra-se descrito no Caderno de Toponímia nº19, em anexo para aprovação. -----

A Comissão deliberou por unanimidade a proposta de atribuição do topónimo e propõe a mesma para deliberação da Câmara Municipal. -----

*Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente de Câmara que se digne remeter a presente proposta e respetivo Caderno de Toponímia à próxima reunião de Câmara Municipal e a mesma delibere: -----*

*- Observando o disposto na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, que as designações constantes do Caderno de Toponímia n.º 19 em anexo, sejam atribuídas.” -----*

**- Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão?”-----

**- António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, há aqui uma discordância também com décadas. O senhor Presidente também tem sido especialista a resolver problemas em décadas; portanto, a discordância que existe é que ainda não foi feita

a devida homenagem. Já foi aprovada várias vezes: rua ou praça Mário Soares. Eu pensava que se pudesse lembrar disso, se fizer o favor. É das poucas cidades que não existe nenhuma homenagem a esse fundador da democracia. Muito obrigado.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já falarei sobre isso. Alguma questão, senhores Vereadores?” -----

- **João Prata, Vereador:** “A única questão é referir aquilo que já reiterámos noutra sessão sobre esta matéria. É um tema que tem tido evolução, seja no seu mandato, seja no mandato anterior, mas gostaríamos que houvesse aqui um esforço maior para realmente resolver os problemas de toponímia da cidade. Se não é possível adquirir as placas que ganharam o procedimento concursal, que são bonitas, pelo menos eu aprecio, outros poderão não gostar tanto, mas nós temos ruas em que as placas não se veem ou nem estão lá sequer. E se estamos à espera de que sejam colocadas, em todas as ruas, as placas que ganharam o concurso, e bem, vamos demorar muitos anos. Não é muito tempo, é muitos anos. Parece-me que devia ter sido tomada uma decisão prévia para procurar ultrapassar essa falta nos arruamentos da nossa cidade, porque é um aspeto importante para quem nos visita, não tanto para nós que sabemos mais ou menos, mas para quem nos visita não encontra respostas adequadas. Nada a dizer em relação a esta sugestão dos dois nomes aqui avançados, bem pelo contrário, e nada em relação à questão apresentada pelo Vereador António Monteirinho em relação à praça Dr. Mário Soares. Mas parece-nos que esta preocupação já devia ter sido iniciada no anterior mandato. Deixamos este convite para que a Câmara possa ultrapassar esta questão de forma intermédia. Antes da colocação das placas novas, verificar o que é que está em falta e suprir essas faltas, para que a cidade fique com os arruamentos e com os respetivos topónimos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom, senhor Vereador, como bem se sabe, o regulamento atual de toponímia tem a batuta de um técnico desta casa que na altura fez o regulamento. E era o pelouro que eu tinha à época, como bem se deve recordar. Estas placas, este concurso que foi feito também naquele tempo, serviu para linearizar aquilo que havia. Salvo as mais antigas, que eram umas placas bonitas, depois passou-se a adotar a placa de mármore, que mais parece uma lápide funerária do que outra coisa e essa é a opinião generalizada de todos nós. Sempre que nos chega a necessidade de colocar placas aqui ou ali, nós damos ordem para imediatamente o fazerem, seja porque se partem, sejam porque são furtadas ou porque faltam. Sempre que nos são reportadas, seja na cidade, seja for a dela, a ordem que há é para se colocar, naturalmente, porque é importante. Até porque depois os CTT escudam-se nisso, muitas vezes, para dizer que as cartas não foram entregues porque não estava o nome da rua. Conversa da treta, como bem sabemos, porque hoje em dia está tudo no SIG e nos GPS. Mas há essa preocupação, efetivamente. Senhor Vereador, aquilo que tem vindo a acontecer, ao longo do tempo, tem a ver com a questão das sugestões dos locais. Se não falha a memória, a última vez que esse assunto veio à berlinda, até em plena Assembleia Municipal, teve a ver com a Praça do Município. Mudar o nome à Praça do Município. A nossa opinião continua a ser a mesma: não deve mudar de nome. Agora, se quiserem fazer uma reflexão sobre isso, não tem que ser oficial, até por telefone, fazem algumas propostas e nós analisamos, sem tabus, naturalmente, com objetividade. Existe um largo alusivo àquele que foi Governador Civil desta cidade também, que foi o pai do Dr. Mário Soares, que fica nas traseiras da Sé Catedral. Portanto, aquele largo tem o nome do seu pai. Naturalmente, é justo que Mário

Soares que tenha essa toponímia eternizada. Façam uma análise de várias possibilidades e depois, sim, conversamos sobre isso, colocando à votação.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Nós votamos a favor. Mas, já agora, senhor Presidente, se me permite, e não desvalorizando a resposta que deu, dizer-lhe o seguinte: dou-lhe um exemplo prático, nós demorámos quatro anos, na altura, quando digo nós, refiro-me à Junta de Freguesia da Guarda e ao Município da Guarda, demorámos quatro anos entre atribuir topónimos e colocar as placas efetivamente na localidade de Alfarazes, meia dúzia de arruamentos. Mas foram quatro anos. É verdade que toda aquela localidade está com as placas novas e fica bonito. Gosta-se. Ora, quatro anos numa pequena localidade, eu olho para a minha cidade e, percebendo exatamente a sua observação em relação às placas de mármore, enfim, são opiniões, mas parece-me que devia ser feito um levantamento daquilo que está e daquilo que falta. Porque, se vamos esperar, volto a dizer, pelas placas novas, o senhor Presidente nem neste mandato vai conseguir pôr a toponímia, como deve ser, nos diversos arruamentos. Creio que é um trabalho que a Câmara pode fazer de forma mais barata, numa fase inicial, mas que possa servir quem nos visita, para que saiba onde estão as ruas que andam à procura. É só isso. Votamos a favor, com certeza.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, percebo o que diz. E, portanto, como digo, sempre que nos forem referenciadas as que precisam de ser substituídas ou colocadas, nós faremos. E tentaremos, os serviços técnicos que façam também esse levantamento, paulatinamente, porque, de repente, se faltarem mil placas de toponímia, são largas dezenas de milhares de euros. E, sem darmos conta, chegamos às centenas de milhares. Com conta, peso e medida para podermos chegar a esse objetivo. Muito obrigado.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.* -----

**PONTO 9 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO  
ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DA GUARDA – LISTA  
PROVISÓRIA.** -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 9/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

No âmbito do procedimento de atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior, relativo ao ano 2025/2026 foi realizada, numa fase inicial, a avaliação das candidaturas com base em regulamento que, por lapso administrativo não correspondia ao normativo em vigor e aplicável ao presente procedimento, existindo a necessidade de revogar a deliberação subjacente à Proposta VCG n.º 02/2026; -----

Neste sentido, encontra-se em vigor o Regulamento do Município da Guarda, para Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 823/2025/2, de 9 de janeiro de 2025, 2.º série, n.º 6; -----

Concorreram a este apoio 143 estudantes do Ensino Superior; -----

Todas as candidaturas analisadas foram, de novo, reapreciadas pelos serviços competentes, à luz do Regulamento Municipal em vigor; -----

Dessa análise resultaram as listas nominativas ordenadas, que se anexam, relativas às candidaturas admitidas e excluídas; -----

Nessa conformidade: -----

*Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e deliberação de: -----*

*1. A revogação da deliberação da Câmara Municipal, no âmbito da proposta VCG n.º 02/2026, ao abrigo do Art.º 165-º/1, do Código do Procedimento Administrativo;-----*

*2. A aprovação da Lista Provisória, que se anexa, a fim de dar cumprimento ao disposto no Art.º 19.º do Regulamento do Município da Guarda, para Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 823/2025/2, de 9 de janeiro de 2025, 2.º série, n.º 6, ao dos Artigos 17.º, 18.º e 19.º do Referido Regulamento e, de acordo com o preceituado na alínea hh) do n.º 1, do Art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão?”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Posso, senhor Presidente? Sobre este ponto, convém salientar dois ou três aspetos que me parecem importantes. Primeiro, todos nós podemos errar no desempenho das nossas funções, evidentemente. Analisar e constituir uma lista provisória com base num regulamento anterior, os erros acontecem. Agora, eu não sei se isso aconteceu, a questão aqui é saber se houve alunos que tinham ficado nos lugares que dariam acesso ou direito à bolsa e que agora ficaram excluídos, ou vice-versa. E isso tem algumas implicações no momento em que as pessoas receberam e coordenaram a sua vida em função daquilo que era esta decisão. Também sei que estava lá escrito que era lista

provisória, mas agora, eventualmente, eu não verifiquei, se os alunos que tinham sido contemplados agora não o são, e se os que não tinham sido são agora contemplados. Mas isso parece uma questão relevante e que merece aqui algum cuidado em relação a estas situações. Nomeadamente, daqui para amanhã, e principalmente na justificação que for dada aos alunos que estavam contemplados e que agora foram excluídos, deve refletir muito bem essa justificação, para não pensarem que, de alguma forma... e essa responsabilidade evidentemente que recai sobre o Executivo, não recai sobre os Vereadores da oposição que não tiveram interferência nenhuma. Mas é preciso ter algum cuidado em relação a isso. Talvez eu esteja enganado e os que estavam na lista provisória inicialmente também estejam agora nesta lista. Não sei se há alguma diferença. Se calhar, este assunto que eu estou a tratar até está fora de contexto. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão, senhores Vereadores?” -----

- **João Prata, Vereador:** “Não, nenhuma questão sobre esta matéria.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Senhora chefe de divisão, há uma mudança na lista, certo? A questão que o senhor Vereador coloca é pertinente: quantos alunos, mais ou menos, estavam e deixam de estar e agora entraram outros? Não quer dizer que, em sede de reclamação, isso não pudesse acontecer por algumas situações, não é? Por alguma situação menos bem analisada.” -----

- **Maria da Conceição Santos, Chefe de Divisão de Ação Social:** “Acontece, também, por força dessas reclamações, poder haver alteração na lista nominativa apresentada e na lista seguinte. Se for dado provimento, obviamente, àquilo que é a reclamação, pode haver uma alteração na lista nominativa e aqui claramente também existiu.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Portanto, decorrente desta análise tecnicamente errada, houve alteração nos primeiros cinquenta. Certo? Essa alteração poderia acontecer também por força das reclamações que apresentaram. E houve algumas reclamações, se bem me recordo, sete ou oito, pelo menos. Correto?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Acontece.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Acontece, mas não deve acontecer. Aliás, esse alerta já foi dado, devemos olhar para os documentos certos e adequados porque estamos a falar da vida das pessoas, da vida financeira das pessoas. E também da expectativa das pessoas.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.* -----

**PONTO 10 – RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO À REALIZAÇÃO DA FINAL DA TAÇA DE PORTUGAL DE PÓLO AQUÁTICO 2026.** -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 28/2026

(Mandato 2025-2029)

Enquadramento: -----

A Associação de Natação do Interior Centro propõe a organização da Final da Taça de Portugal de Pólo Aquático 2026 nos dias 28 e 29 de Março de 2026, em articulação com a Federação Portuguesa de Natação.-----

A proposta prevê a participação de 320 atletas, respetivas equipas técnicas e familiares com um orçamento geral estimado em 6.500,00€.-----

O enquadramento no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho da Guarda (RMAACG), publicado no aviso 12482/2025/2 no DR de 15-05-2025, é o seguinte:-----

a) Artigo 18.º: o evento enquadra-se na área desportiva e no subprograma de ações pontuais, alínea b) do nº 2; -----

b) Artigo 56.º e seguintes - apoio à realização de eventos desportivos-----

Considerando: -----

- A importância que a prática desportiva na formação do carácter e na transmissão de princípios salutareos, seja ao nível da ética da convivência e integração interpessoal, seja ao nível da promoção de hábitos de vida saudáveis;-----

- Que a proposta de realização, apresentada pela Federação Portuguesa de Natação, se apresenta como valorizadora da imagem do território;-----

- A repercussão financeira e desportiva de um evento desta dimensão, com a participação de aproximadamente 320 atletas. -----

Proposta: -----

*Face ao exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de ratificar, ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação a decisão tomada no dia 24-03-2026 da atribuição de apoio ao abrigo da competência material prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e com o enquadramento já enunciado no RMAACG: -----*

*- apoio financeiro direto máximo de 1.974,60€ destinado a assegurar a participação na despesa de alojamento para árbitros delegados e staff -----*

*- apoio logístico, assegurando a alimentação para a equipa técnica e staff e disponibilidade das instalações das piscinas municipais.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----*

**PONTO 11 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À REALIZAÇÃO DA 16ª EDIÇÃO DA TAÇA DE PORTUGAL DE FUTEBOL-7 E TORNEIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE FUTEBOL-5 DA ANDDI NO DIA 18 DE ABRIL DE 2026.**-----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 31/2026

(Mandato 2025-2029)

Enquadramento:-----

A ANDDI-Portugal A Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual, solicita apoio para a realização da 16.ª Taça de Portugal de Futebol-7 e do Torneio Nacional de Desenvolvimento de Futebol-5, a realizar na Guarda em 18 de abril de 2026, com a participação de 80 a 100 atletas de todo o país.-----

O pedido inclui cedência de campos, apoio logístico e uma comparticipação financeira de 1.500 €. -----

O enquadramento no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho da Guarda (RMAACG), publicado no aviso 12482/2025/2 no DR de 15-05-2025, é o seguinte:-----

a) Artigo 18.º: o evento enquadra-se na área desportiva e no subprograma de ações pontuais, alínea b) do nº 2; -----

b) Artigo 56 e seguintes – apoio à realização de eventos desportivos -----

Considerando: -----

- O carácter nacional, inclusivo e socialmente relevante do evento; -----
- A importância que a prática desportiva na formação do carácter e na transmissão de princípios salutareos, seja ao nível da ética da convivência e integração interpessoal, seja ao nível da promoção de hábitos de vida saudáveis;-----
- A repercussão financeira e desportiva de um evento desta dimensão, com a participação de aproximadamente 100 atletas. -----

Proposta: -----

*Face ao exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de atribuição do apoio de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para a realização da 16.ª Taça de Portugal de Futebol-7 e do Torneio Nacional de Desenvolvimento de Futebol, ao abrigo da competência material prevista na alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e com o enquadramento já enunciado no RMAACG.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----*

**PONTO 12 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DESPORTIVOS ROTA DO TREVO, ETAPA DO CAMPEONATO NACIONAL DE 1/8 DE TT RADIOMODELISMO E PROVA DE CAMPEONATO NACIONAL DE ORIBTT.-----**

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

(Mandato 2025-2029)

Enquadramento: -----

No âmbito dos eventos desportivos que o Município da Guarda apoia, está prevista a realização, durante o mês de abril de 2026, de várias iniciativas promovidas por entidades do concelho, conforme consta da informação 8291 em anexo.-----

O enquadramento no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho da Guarda (RMAACG), publicado no aviso 12482/2025/2 no DR de 15-05-2025, é o seguinte:-----

a) Artigo 18.º: os eventos enquadram-se na área desportiva e no subprograma de ações pontuais, alínea b) do nº 2;-----

b) Artigo 56 e seguintes – apoio à realização de eventos desportivos -----

Considerando: -----

- A importância que a prática desportiva na formação do carácter e na transmissão de princípios salutareos, seja ao nível da ética da convivência e integração interpessoal, seja ao nível da promoção de hábitos de vida saudáveis;-----

- Que as propostas de realização, apresentadas pela ADC alfarazes, ACD “os Beirões de Maçainhas” e Clube de Montanhismo da Guarda se apresentam como valorizadoras da imagem do território; -----

- A repercussão financeira e desportiva dos eventos propostos -----

**Proposta:** -----

Face ao exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação a proposta aprovar a atribuição de apoio ao abrigo da competência material prevista na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013

de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e com o enquadramento já enunciado no RMAACG, os seguintes apoios financeiros:-----

Rota do Trevo de BTT -----

Entidade organizadora: ADC Alfarazes -----

Data: 25 de abril de 2026 -----

Valor de apoio proposto: 1.500€ -----

Etapa do Campeonato Nacional de 1/8 TT de Radiodelismo -----

Entidade organizadora: ACD “Os Beirões” – Maçainhas -----

Data: 25 e 26 de abril de 2026 -----

Valor de apoio proposto: 2.290€ -----

Prova do Campeonato Nacional Ori BTT -----

Entidade organizadora: Clube de Montanhismo da Guarda -----

Data: 26 de abril de 2026 -----

Valor de apoio proposto: 2.140,00 € -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Em relação a este ponto, vamos votar a favor, mas gostaríamos de deixar expresso em ata que, face ao conjunto de documentos que nos foram enviados, as fichas, os anexos, não percebemos a diferenciação que é feita entre a Rota do Trevo e as outras duas modalidades. Mas votamos a favor. Mas não é perceptível a justificação para essa atribuição de um valor à Rota do Trevo e outros valores ao Radiodelismo e ao Oribtt, sendo que uma destas atividades é de dois dias e as outras são só de um dia. Mas votamos a favor. Mas gostaríamos que ficasse isso em ata.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Esta análise é feita pelos serviços técnicos, de acordo com o regulamento, e foram elaboradas as fichas. Enfim, é a análise que é feita. Como? Diga, diga.”-----

- **Rui Nascimento, Chefe de Divisão de Desporto e Saúde:** “Está lá tudo discriminado, a primeira edição, a segunda edição, cronometragem, os critérios que podem fazer a diferença...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Que estão plasmados no regulamento.”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “Estão na ficha anexa à proposta.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Nós verificámos todos estes documentos. Mas face exatamente à análise destes documentos é que nos parece que a Rota do Trevo, em comparação com as outras duas, também poderia ser merecedora de um maior apoio. Mas votamos a favor, como é evidente. Pelos dados que nos informam, não é só por...”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “A título de exemplo: a prova do Radiomodelismo é uma prova de um campeonato nacional, enquanto que a prova de BTT da Rota do Trevo é uma prova de carácter distrital. Portanto, logo aí há uma distinção no valor a considerar. Tentámos, ao fim ao cabo, encontrar uma ficha que nos desse balizas para uma proposta que seja adequada e que não seja objeto de discriminação por um fator ou por outro. Portanto, são critérios objetivos que nos permitem chegar a um valor de apoio.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Aceitamos essa justificação. Mas, realmente, pelos dados no conjunto, não é só a questão de ser regional, nacional ou distrital; participantes, um ou dois dias, sei que esses elementos todos têm. No fundo, se analisarmos todas essas componentes que tiveram que analisar em função daquilo que é o regulamento, e nem considero isto aqui um erro, parece-me que poderia

também ser salvaguardada um pouco mais a Rota do Trevo. E, com isto, não é dizer que gosto mais desta ou daquela, nem com certeza os senhores o fizeram nesse sentido. Mas gostaria que ficasse espelhado em ata. Muito obrigado.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----*

**PONTO 13 – ALTERAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO 137/2025  
RELATIVO AO PROCEDIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
RECOLHA, TRANSPORTE A DESTINO FINAL DE RESÍDUOS  
URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO CONCELHO DA GUARDA.-----**

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 32/2026

(Mandato 2025-2029)

No concurso Público Internacional com publicação no JOUE com o nº 137/2025 para “Prestação de Serviços de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no Concelho da Guarda” foi deliberado nomear para gestor do contrato a Técnica Superior Paula Escalda nos termos previstos no art.º 290 – A do Código do Contratos Públicos (reunião de Câmara datada de 9 de junho de 2025). -----

Na cláusula 7ª do contrato outorgado posteriormente, com o nº 298/2025 datado em 11 de dezembro de 2025, consta a Técnica Superior Paula Escalda como gestora do contrato celebrado.-----

*Tendo em conta a necessidade de otimização e racionalização do serviço distribuído aos vários técnicos da Divisão de Ambiente e a necessidade do controlo de execução deste contrato ser fundamental para a garantia de prestação de um serviço eficaz e eficiente, tenho a honra de remeter a presente*

*proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar a substituição do gestor do contrato em assunto pelo TS Nuno Matos.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----*

**PONTO 14 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES DA ZONA URBANA DA GUARDA – RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO URGENTE Nº 44/2026.-----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 65/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que:-----

- Aos dezanove dias do mês de março de 2026, o Serviço de Ambiente elaborou o Projeto de Decisão de adjudicação, nos termos do artigo 155º a 157º do Código dos Contratos Públicos. -----

- Por despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, em 19 de março de 2026 foi tomada a decisão de adjudicação, nos termos do artigo 73º do Código dos Contratos Públicos para um prazo de 180 dias, à empresa Agroportugal – José Luís de Sousa Unipessoal, Lda. pelo valor de 176.058,00€ (cento e setenta e seis mil e cinquenta e oito euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, sendo o valor de cada lote o seguinte: Lote 1 – 50.889,00€ (cinquenta mil oitocentos e oitenta e nove euros), Lote 2 – 58.890,00€ (cinquenta e oito mil oitocentos e noventa euros) e Lote 3 – 68.697,00€ (sessenta e oito mil seiscentos e noventa e sete euros). -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda ao abrigo do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação delibere: -----

- Ratificar os atos praticados ao abrigo do nº 3 do artigo nº 35 conjugado com o disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, retroagindo os efeitos de ratificação à data dos atos a que respeitam, nos termos do disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor a ratificação, nos termos do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada por despacho no dia 19 de março de 2026, retroagindo os efeitos à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no nº. 5 do artigo 164º do CPA. Do seguinte: ----*

*- Da Adjudicação, nos termos do disposto no artigo 155º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente a adjudicação à empresa Agroportugal – José Luís de Sousa Unipessoal, Lda. pelo valor de 176.058,00€ (cento e setenta e seis mil e cinquenta e oito euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, sendo o valor de cada lote o seguinte: Lote 1 – 50.889,00€ (cinquenta mil oitocentos e oitenta e nove euros), Lote 2 – 58.890,00€ (cinquenta e oito mil oitocentos e noventa euros) e Lote 3 – 68.697,00€ (sessenta e oito mil seiscentos e noventa e sete euros). -----*

*- Aprovação, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----*

**PONTO 15 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS – ESCOLAS –  
RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO – AJUSTE DIRETO  
DOPEI/ED-2026-08. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 64/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- Em dezoito de março de 2026, a Divisão de Obras Públicas elaborou o Projeto de Decisão de adjudicação, nos termos do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos.-----

- Por despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, em 20 de março de 2026 foi tomada a decisão de adjudicação, nos termos do artigo 73º do Código dos Contratos Públicos para um prazo de 270 dias, à empresa Isidro Pires da Silva. Lda. pelo valor de 720.230,31€ (Setecentos e vinte mil, duzentos e trinta euros e trinta e um cêntimo), acrescido de Iva à taxa legal em vigor.-----

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor a ratificação, nos termos do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada por despacho no dia 20 de março de 2026, retroagindo os efeitos à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no nº. 5 do artigo 164º do CPA. Do seguinte: ----*

*- Da Adjudicação, nos termos do disposto no artigo 125º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente a adjudicação à empresa Isidro Pires da Silva. Lda. pelo valor de 720.230,31€ (Setecentos e vinte mil, duzentos e trinta euros e trinta e um cêntimo), acrescido de Iva à taxa legal, para um período de 270 dias.-----*

*- Aprovação, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, só colocar aqui uma questão: esta ratificação de um ajuste direto do valor...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu percebo o que diz.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Eu só quero que me diga se isto aqui tem a ver efetivamente com alguma candidatura.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É o PRR. Aquilo que eu referi há pouco é este caso. O concurso ficou deserto. A lei prevê, até determinado montante, qual a limitação e então... já me vão conhecendo, ao longo destes anos, nesta matéria da governação: eu evito fazer este tipo de coisas, ainda para mais com esta dimensão. Não são 7 mil e 500 euros, são 700 e... é, é muito dinheiro. Mas tem a ver, efetivamente, com o PRR.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.* -----

**PONTO 16 – AQUISIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DA GUARDA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – CONCURSO PÚBLICO.**-----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 34/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando a necessidade de reforçar os níveis de segurança, proteção e resiliência da infraestrutura tecnológica do Município da Guarda, torna-se necessário proceder à aquisição e implementação de uma nova solução integrada de segurança informática.-----

O Município da Guarda, enquanto entidade responsável pela prestação de serviços públicos essenciais à população nas áreas do urbanismo, educação, ação social, proteção civil e gestão do espaço público, depende cada vez mais de sistemas de informação, plataformas digitais e comunicações eletrónicas para garantir o funcionamento eficiente e contínuo da sua atividade. Neste contexto, a segurança dos sistemas, das redes e da informação assume um papel crítico para assegurar a continuidade dos serviços prestados aos munícipes e a proteção dos dados sob responsabilidade da autarquia. -----

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo da complexidade e sofisticação das ameaças no domínio da cibersegurança, nomeadamente através de ataques informáticos, tentativas de intrusão, campanhas de phishing, disseminação de malware e exploração de vulnerabilidades em sistemas desatualizados. Paralelamente, a crescente digitalização dos serviços municipais e a maior exposição das infraestruturas tecnológicas à internet tornam indispensável a adoção de mecanismos de proteção mais robustos e adequados às atuais exigências tecnológicas. -----

Adicionalmente, foram identificadas limitações na infraestrutura de segurança atualmente existente, designadamente ao nível da capacidade de prevenção, deteção e resposta a incidentes, bem como a presença de componentes tecnológicos desatualizados ou desadequados face às necessidades operacionais e aos padrões atuais de segurança da informação. Torna-se, por isso, necessário proceder à modernização da arquitetura tecnológica de segurança do Município, através da implementação de uma solução integrada que permita elevar os níveis de proteção, monitorização e gestão da infraestrutura digital. -----

A presente aquisição visa a implementação de uma nova infraestrutura de segurança informática destinada a reforçar os níveis de proteção, monitorização e resiliência da infraestrutura tecnológica do Município da Guarda. A solução a implementar deverá integrar diversos mecanismos de segurança, nomeadamente ao nível da proteção de rede, controlo de acessos, gestão de identidades e autenticação, proteção de postos de trabalho, bem como plataformas de monitorização e análise de eventos de segurança. -----

A adoção desta solução permitirá melhorar a capacidade de prevenção, deteção e resposta a incidentes de segurança, assegurando simultaneamente maior fiabilidade, disponibilidade e continuidade dos sistemas de informação e dos serviços digitais suportados pelo Município. -----

Assim, e considerando a evolução das ameaças no domínio da cibersegurança, bem como a necessidade de modernização e reforço da infraestrutura tecnológica existente, entende-se que a aquisição e implementação da referida solução, abaixo descrita, revela-se necessária e adequada, permitindo dotar o Município da Guarda de uma arquitetura tecnológica mais robusta, resiliente e alinhada com as atuais exigências de segurança da informação. -----

*Tendo em conta a informação 8014 de 07-04-2026 de proposta de abertura de procedimento e valor base previsto de 428.900,00 € (quatrocentos e vinte e oito mil e novecentos euros), aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de: -----*

*1. Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;-----*

*2. Decidir contratar nos termos e fundamentos da informação técnica em anexo que faz parte integrante da presente proposta, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos; -----*

*3. Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato;-----*

*4. Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Votaremos a favor, mas gostaríamos de colocar uma questão. Pelo que se percebe, é uma forma já do município tentar dar resposta a esta questão do apagão informático...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A uma parte! A uma parte.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Sim. São perto de 500 mil euros o concurso, hardware e software. Mas há alguma possibilidade deste projeto, desta intenção de aquisição de equipamentos poder ser beneficiária de algum apoio ou de alguma candidatura?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Estamos a tentar isso, senhor Vereador.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Neste momento não tem?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Neste momento não temos garantia de financiamento, mas tem que ser feito. Neste caso, este é um procedimento que tem a ver com a cibersegurança. E, só para ter noção ou para ter uma ideia, ainda vamos ter que investir mais cerca de 1 milhão e meio de euros, ao todo. Esta é a cibersegurança, mas depois é para as outras situações todas. Vamos ter que investir

cerca de 1 milhão e meio de euros. Não temos qualquer garantia de financiamento neste momento, estamos a fazer o caminho.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Mas não há linhas abertas para isto?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não há linhas abertas para isto. Não há. Tanto que, meio milhão de euros, ok, vamos lá e, olhe, com mais défice ou menos défice, com mais resultado líquido negativo ou positivo, não vai o gato às filhoses, desculpem o termo. Agora, quando chegamos a 1 milhão e meio de euros, já temos que ver como é que fazemos isto, porque vai ter que ser adquirido muito equipamento e equipamento que, daqui a uns anos, está obsoleto. Mas, enfim, isto é o que é e temos que o fazer.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.* -----

**PONTO 17 – INTERVENÇÃO EM INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DANIFICADOS PELAS INTEMPÉRIES DE 2022/2023 NA FREGUESIA DE SANTANA D’AZINHA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 66/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que,-----

1 – A empreitada de obra pública foi adjudicada à empresa Opualte – Construções, S.A., pelo valor de 689.685,23€+IVA e com um prazo de 180 dias, sendo o termo final do contrato no dia 19 de abril de 2026;-----

2 – Em 01.04.2026, foi solicitado pelo adjudicatário uma prorrogação de prazo de execução por mais 75 dias, justificando o atraso dos trabalhos devido às condições climatéricas adversas e imprevisíveis que se fizeram sentir;-----

3 - Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, verificaram-se transtornos no planeamento e desenvolvimento normal dos trabalhos, atendendo ao atraso na sua execução.-----

Considerando ainda que,-----

4 - A firma encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos;-----

5 - Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

6 - Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo consequentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

*Face ao supra exposto, proponho ao digno Órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte:-----*

*- Conceder um prazo adicional de 75 dias, até ao dia 03 de julho de 2026, para a conclusão dos trabalhos da empreitada.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----*

**PONTO 18 – COMPLEXO DESPORTIVO DE CASAL DE CINZA – 1.ª FASE – PRORROGAÇÃO DE PRAZO.-----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 71/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que,-----

1 - A empreitada de obra pública foi adjudicada à empresa Opualte – Construções, S.A., pelo valor de 574.999,99€+IVA e com um prazo de 278 dias, sendo o termo final do contrato no dia 13 de abril de 2026;-----

2 - Em 08.04.2026, foi solicitado pelo adjudicatário uma prorrogação de prazo de execução por mais 75 dias, justificando o atraso dos trabalhos devido às condições climatéricas adversas e imprevisíveis que se fizeram sentir;-----

3 - Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, verificaram-se transtornos no planeamento e desenvolvimento normal dos trabalhos, atendendo ao atraso na sua execução.-----

Considerando ainda que,-----

4 - A firma encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos;-----

5 - Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

6 - Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo consequentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar.-----

***Face ao supra exposto, proponho ao digno Órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte:-----***

***- Conceder um prazo adicional de 49 dias, até ao dia 01 de junho de 2026, para a conclusão dos trabalhos da empreitada.”-----***

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.* -----

### **ENCERRAMENTO**

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e vinte e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim,

\_\_\_\_\_ Sérgio Manuel Reis

Abrantes da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, que a subscrevi.-----